



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA</b>			
<b>EVENTO:</b> Seminário	<b>REUNIÃO Nº:</b> 1899/13	<b>DATA:</b> 06/11/2013	
<b>LOCAL:</b> Auditório Nereu Ramos	<b>INÍCIO:</b> 14h21min	<b>TÉRMINO:</b> 18h20min	<b>PÁGINAS:</b> 82

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

VITOR HUGO DE OLIVEIRA - Chefe da Secretaria de Negócios da EMBRAPA.  
ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS - Representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.  
SÔNIA DA COSTA - Diretora do Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.  
FERNANDO ALMEIDA - Diretor de Produtividade e Inovação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.  
GLAUCIUS OLIVA - Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.  
CARLOS ALEXANDRE NETTO - Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS.  
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS - Diretor Técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — SEBRAE.  
LUIZ AUGUSTO CALDAS PEREIRA - Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense — IFF.

**SUMÁRIO**

Seminário “*Extensão tecnológica no País: O conhecimento a serviço da população*”.

**OBSERVAÇÕES**

Houve exibições de imagens.  
Há expressão ininteligível.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há orador não identificado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Boa tarde a todos!

Convido o Deputado Izalci para assumir a condução dos trabalhos como mediador do Painel I, que trata de estratégias e metas.

Convido para compor a Mesa o Sr. Vitor Hugo de Oliveira, Chefe da Secretaria de Negócios da EMBRAPA; o Sr. Aléssio Trindade de Barros, representante do Ministério da Educação; a Sra. Sônia da Costa, Diretora do Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social; e o Dr. Fernando Almeida, Diretor de Produtividade e Inovação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa — SMPE da Presidência da República.

Passo a palavra ao Deputado Izalci, para conduzir os trabalhos deste primeiro painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Em primeiro lugar, eu quero saudar o nosso querido Deputado Ariosto Holanda e parabenizá-lo pela iniciativa deste grande Seminário. Daqui a pouco terei que pedir ao Deputado Ariosto Holanda que me substitua rapidamente para que eu possa ir à Comissão Especial, porque estão previstas para hoje a leitura e a votação do relatório da Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2013, que trata exatamente de ciência, tecnologia e inovação. Acredito que a aprovação do relatório dessa PEC será uma grande vitória do segmento ciência, tecnologia e inovação. Já adiantei ao Deputado Ariosto Holanda que, não só em razão dos seminários e audiências públicas que realizamos com essa preocupação com a extensão, nós contemplamos no texto da PEC 290 a extensão tecnológica.

Então registro minha alegria por estarmos dando nosso primeiro passo para a revolução na área de ciência, tecnologia e inovação.

Quero agradecer de imediato a presença do Sr. Vitor Hugo de Oliveira, do Sr. Aléssio Trindade de Barros, da Sra. Sônia Costa e do Sr. Fernando Almeida, que farão parte desta primeira etapa do Seminário.

Esclareço que cada palestrante terá o tempo de até 20 minutos para sua exposição. Estão reservados para o final das apresentações 30 minutos para o debate. As perguntas deverão ser dirigidas por escrito à Mesa. Há um formulário à



disposição dos interessados na recepção do evento. Encerrado o Seminário, todas as apresentações serão disponibilizadas para consulta na página da Comissão.

Feitos esses esclarecimentos e dando início aos trabalhos desta Mesa, eu passo a palavra ao primeiro expositor, Sr. Vitor Hugo de Oliveira.

**O SR. VITOR HUGO DE OLIVEIRA** - Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Izalci, que está presidindo a Mesa e a quem parabeno pelo excelente trabalho que vem fazendo pela PEC 290 e pelo Projeto de Lei nº 2.177, de 2011, um trabalho de alta relevância para a ciência, tecnologia e inovação em nosso País.

Cumprimento também os colegas da Mesa, representantes do MEC, do MCTI e da SMPE.

Inicialmente, os agradecimentos da EMBRAPA ao Deputado Ariosto Holanda pela iniciativa deste seminário sobre inovação tecnológica.

Sr. Presidente, eu pretendo fazer uma apresentação rápida. Inicialmente já quero pedir desculpas por não poder participar dos debates. Sairei daqui direto para o aeroporto, mas não poderia faltar a este evento.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Quero dizer também que é extremamente louvável a preocupação do Deputado Ariosto Holanda com relação à extensão tecnológica, com base na premissa de que nós somente poderemos virar a mesa no que diz respeito à inovação em nosso País com conhecimento e com a cultura do empreendedorismo, mas principalmente com a questão do conhecimento.

Quando se fala em extensão tecnológica, sendo extensão tecnológica, na realidade, sinônimo de transmissão de conhecimentos; e quando nós falamos em transmissão de conhecimentos para o meio agrícola, existem alguns números que nós não podemos olvidar.

O primeiro deles diz respeito a aproximadamente 5 milhões de pequenas propriedades rurais que existem no País, constituídas por mais de 3 milhões de pequenos produtores, sendo que apenas 8% dessas propriedades recebem assistência técnica.

Esses números praticamente são os *drivers* quando se fala em termos de extensão tecnológica. Então nós podemos dizer que a base da tecnologia é o nível



de instrução dos dirigentes, e cerca de 25% dos pequenos produtores não são alfabetizados. E mais ainda, a porcentagem de mão-de-obra qualificada é extremamente baixa: aproximadamente 3% da força de trabalho.

Quando se fala em termos de uso de insumos modernos, apenas 11% das propriedades usam adubos; 7%, defensivos; e menos de 2% usam corretivos de solo.

Esses números, como eu mencionei anteriormente, são *drivers* que devem embasar qualquer plataforma referente à extensão tecnológica, a extensão rural em nosso País.

Quando nós falamos em extensão tecnológica, em transmissão de conhecimentos, existem algumas lições aprendidas que nós não podemos esquecer e temos que estar sempre repisando, que é o que diz respeito aos modelos de transmissão de conhecimentos. Nós não podemos mais insistir no velho modelo linear de transmissão de conhecimentos em que o cientista, o pesquisador diz: "*Eu faço, o serviço de extensão transfere e os produtores adotam esse conhecimento*". Esse modelo é um modelo sem conexão, pouco interativo, em que nós temos verdadeiros compartimentos, verdadeiros silos de conhecimentos, que não se conectam entre si.

Cada vez mais existe uma pressão muito grande em cima desses modelos lineares, porque eles apresentam um custo de transação muito alto e envolvem barreiras seríssimas de comunicação, principalmente entre pesquisa e desenvolvimento e entre quem deve se apropriar desse conhecimento.

Então, o principal desafio, em termos de extensão tecnológica, é justamente como construir as melhores conexões com o mundo real, ou seja, como as instituições de P&D, como os sistemas de extensão podem melhorar a comunicação, no sentido de somar esforços.

Existem alguns caminhos, e alguns deles a EMBRAPA já vem seguindo com bastante intensidade, como a transdisciplinaridade; o fato de evitar silos organizacionais, a fim de maximizar todo o conhecimento existente, seja ele de dentro da própria EMBRAPA, seja ele obtido através das organizações estaduais de pesquisa das universidades, envolvendo grupos sociais e promovendo ações



interinstitucionais de modo efetivamente a diminuir essas barreiras e esse custo de transação.

Como eu mencionei anteriormente, esses modelos lineares estão sob severa pressão. Existe uma nova ordem global. O mundo, hoje, cada vez mais é menos previsível. Daí a importância da inteligência estratégica, no sentido de antever as tendências. Existe, hoje, também uma força muito grande das redes sociais no sentido de se ter melhores conexões com o mundo real. Novas linguagens predominam, há novos métodos de comunicação. Por outro lado, os desafios entres países relacionados à emissão de carbono — só para dar um exemplo — cada vez são maiores e bastante complexos, reforçando a necessidade de redes e alianças.

Finalizando essa visão de modelo linear, a visão da EMBRAPA é a de que a inovação é uma parte de processos mais complexos e que existem alguns ingredientes que são extremamente importantes no desenvolvimento da inovação, principalmente no meio agrícola.

Esses ingredientes estão relacionados à questão das complementaridades. Nenhuma instituição hoje é capaz de fazer tudo sozinha, principalmente quando se fala em ciência e tecnologia, seja do ponto de vista de aparato científico, seja do ponto de vista de *expertise* em diversas áreas do conhecimento. Isso envolve um número de conceitos bem elevado. Novas tecnologias de informação e comunicação e competências também são ingredientes-chave dentro desse contexto, e há necessidade de uma abordagem eficaz para a cooperação e o trabalho em rede.

É evidente que a EMBRAPA, ao longo desses 40 anos, experimentou várias receitas e continua experimentando. Ela não tem todas as respostas; está tentando encontrá-las.

Ao longo desses 40 anos, ela investiu grande energia na prospecção, no planejamento estratégico, na melhoria dos processos institucionais.

Ao longo desses 40 anos, ela experimentou diferentes modelos de gestão de P&D. A implementação do atual modelo mais ou menos reforça essa importância que a EMBRAPA dá à conexão com o mundo real, essa maior interatividade para o pesquisador com o elo final da cadeia, aquele que, de fato, tem que se apropriar do conhecimento.



Dentro desse prisma, dessa ótica de conexões com o mundo real, nós vamos citar alguns exemplos. Um deles é um programa de rádio da EMBRAPA, chamado *Prosa Rural*. Este programa vai ao ar semanalmente, durante 15 minutos, para milhares de lares brasileiros, em várias regiões do País. Ele está no ar desde 2004 e é distribuído gratuitamente para as rádios do Brasil inteiro. Esta é uma ferramenta que a EMBRAPA usa para fazer extensão. Mensalmente, o que se recebe de carta do Brasil inteiro em função desse programa é bastante significativo.

A EMBRAPA tem também, ainda dentro dessa ótica de conexão com o mundo real, desde 1998, um programa semanal de televisão chamado *Dia de Campo na TV*. Esse programa é gravado nos estúdios da EMBRAPA aqui em Brasília e nele existem vários quadros voltados para o meio rural. É um programa apresentado em linguagem acessível, transmitido por várias emissoras: a *NBR*, que é a TV do Governo Federal e o *Canal Rural*, só para citar algumas emissoras de televisão que transmitem semanalmente esse programa.

Além disso, a EMBRAPA tem um repositório de informações chamado de Agência EMBRAPA de Informação Tecnológica, com todas as tecnologias geradas pela EMBRAPA. Essas tecnologias são hierarquizadas em uma árvore, que nós chamamos de árvore do conhecimento, focando toda parte, desde a pré-produção, a produção propriamente dita e a pós-produção, envolvendo inclusive questões ligadas ao mercado.

Outro trabalho voltado para a questão de transmissão de conhecimento para a população é o Projeto Minibibliotecas, em que a EMBRAPA disponibiliza para agricultores familiares, por meio de seus filhos em idade escolar, a extensionistas e a agentes de desenvolvimento rural várias tecnologias geradas pela EMBRAPA, principalmente em comunidades do interior.

Este ano, a EMBRAPA, ainda dentro dessa ótica de levar conhecimento à população, lançou o programa *Conexão Ciência*, que vai ao ar todas as terças-feiras, às 20h30min, pela *NBR*, e traz assuntos ligados ao desenvolvimento científico relacionado à agropecuária, à pesquisa, ao meio ambiente e à tecnologia, com grande audiência também no meio científico.



Esse é um programa de incubação de empresas de base tecnológica agropecuária, que tem como tripé a transferência de tecnologia; o estímulo à criação de micros e pequenas empresas e a geração de emprego e renda.

Eu vou só mostrar alguns frutos desse programa e vou aproveitar para fazer uma homenagem à terra do nosso conterrâneo, o Deputado Ariosto Holanda.

Aqui são empresas graduadas.

Aqui é uma empresa graduada no Município de Aquiraz, a Pan Flora, que foi incubada graças a esse programa da EMBRAPA, esse PROETA, gerando emprego e renda para a população daquele Município.

Outra empresa também graduada no Estado do Ceará é a Sabor Tropical. Isso aqui foi feito em parceria, Deputado, com o NUTEC, uma de suas criações.

Outra empresa, no Município de Icapuí, a BIOCLONE, também foi incubada com tecnologia gerada nos laboratórios da EMBRAPA.

Então, são exemplos importantes.

Esse é um outro trabalho, que é o Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, dentro dessa ótica de conexão com o mundo real, em que a EMBRAPA vem insistindo muito fortemente.

Esse é um programa liderado por um Conselho Gestor, que é composto pela EMBRAPA e por instituições parceiras, no qual esses parceiros desenvolvem projetos a partir de recursos captados de seus apoiadores e de outras fontes de fomento. A integração entre esses parceiros permite produzir inovações apropriadas, encurtando o tempo para a sua adoção, já que eles estão ao lado de onde está acontecendo a pesquisa.

Esse aqui é outro trabalho de extensão extremamente importante, desenvolvido pela EMBRAPA na Região Norte. Isso é uma unidade móvel na qual nós temos todo o aparato necessário para ministrar treinamentos na área, principalmente de processos agroindustriais, de elaboração de doces, a partir de frutas nativas, e aqui, no Nordeste, também dentro dessa mesma ótica, levando o conhecimento até onde ele não existe.

Aqui são alguns exemplos de pequenas, de microempresas que foram criadas a partir de tecnologias geradas nos laboratórios da EMBRAPA.



Isso aqui é no Rio Grande do Norte, aqui é em São Paulo, isso aqui é no Rio Grande do Norte, só para dar alguns exemplos.

Evidentemente que existe uma lacuna muito grande ainda, e a EMBRAPA tem plena consciência disso. As ICTs sabem muito bem que o *gap* é muito grande. Existe um número, como nós vimos no primeiro *slide* que eu apresentei, as estatísticas mostram que existe um passivo muito grande relacionado a produtores que não são assistidos.

A EMBRAPA deposita uma expectativa muito grande com a criação da ANATER, que é a nossa Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, e a EMBRAPA vai ter um protagonismo muito forte em cima da ANATER, até porque, na sua configuração organizacional, a EMBRAPA tem uma diretoria, que é a Diretoria de Transferência de Tecnologia, e vai ser ocupada por ela, inclusive vai fazer parte do Conselho de Administração da ANATER.

Dentre as principais atribuições da ANATER estão a qualificação de profissionais, em que a EMBRAPA vai ter um protagonismo muito importante, a contratação e disponibilização de serviço, a transferência de tecnologia e inovação, o monitoramento e a avaliação de resultados, a acreditação de entidades no que diz respeito à qualidade do serviço prestado.

Concluindo, as lições aprendidas durante esses 40 anos pela EMBRAPA nos mostram que os modelos lineares devem evoluir fortemente para outros mais conectados para o mundo real.

E, quando falamos em inovação agrícola, não podemos esquecer que a inovação agrícola parte de processos mais complexos, que não diz respeito apenas à aplicação do conhecimento. Existem ingredientes que são chaves no desenvolvimento da inovação: as complementaridades entre as instituições, os diversos conceitos que não podemos esquecer, principalmente no que diz respeito a aprender, ao saber de quem está recebendo o conhecimento, as novas tecnologias de informação, comunicação e competências e as metodologias de abordagens mais eficientes no que diz respeito à cooperação e *networking*.

Basicamente era isso que nós tínhamos a apresentar. Agradeço mais uma vez à Comissão o convite, e aproveito a oportunidade para convidar a todos a fazer uma visita ao nosso estande da EMBRAPA, que está aqui na entrada do Anexo II,





onde inclusive estamos apresentando com ênfase algumas tecnologias voltadas para a convivência com a seca no Semiárido brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Obrigado, Sr. Vitor Hugo, pelas considerações do tema.

Convido o próximo expositor, o Sr. Aléssio Trindade de Barros, para sua apresentação, mas, antes, peço ao Deputado Ariosto Holanda para ocupar o meu lugar só enquanto eu vou à Comissão Especial para votar a PEC 290.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Com a palavra o Sr. Aléssio Trindade de Barros.

**O SR. ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS** - Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Izalci e o Deputado Ariosto Holanda pela organização deste evento tão importante para o desenvolvimento da inovação tecnológica e da competitividade no nosso País. Gostaria ainda de cumprimentar os reitores presentes, especialmente o Reitor Luiz Caldas, que representa a Diretoria do CONIF, cumprimentar os pró-reitores, os colegas que estou vendo na plateia, os dirigentes das várias instituições da rede, professores presentes, os nossos expositores dos institutos federais, os organizadores, os Deputados e Senadores, colegas presentes neste evento.

Queria também parabenizar a Comissão de Ciência e Tecnologia pela atuação relativa à PEC 290. Nós, da rede federal, temos muita participação na matéria que está sendo votada agora, participamos das discussões, temos as questões de educação profissional e tecnológica sendo atendidas nessa revisão da Constituição, da mesma forma que também participamos, fomos atendidos e estamos ajudando a construir o PL 2.177.

No Ministério da Educação, temos tratado com muita importância as questões em debate neste evento no que diz respeito à consolidação dos institutos federais. Os institutos federais eram as antigas Escolas Técnicas Federais, que depois viraram CEFETs e que, em 2008, ganharam uma nova institucionalidade. Agregaram a essas instituições a atribuição de atuar com pesquisa aplicada, com extensão tecnológica e com inovação, além de maior atuação na formação de



professores para a própria educação profissional e também em Matemática e Ciências. São 5 anos que se passaram.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Em 2003, nós tínhamos 140 unidades na rede federal, e foi feita uma grande expansão dessas instituições. Hoje, temos 459 unidades em funcionamento e diversas outras em construção. Ao final de 2014, o Governo da Presidenta Dilma vai entregar 562 unidades, todas elas estarão em funcionamento no País.

Então, é uma expansão muito grande e muito complexa, que faz com que essa rede esteja presente em todas as mesorregiões do nosso País e em praticamente todas as microrregiões que têm densidade populacional alta e média e em todas as cidades-polos do nosso País.

Em 2004, para exemplificar aos senhores, havia 13 mil docentes trabalhando nessa rede e hoje há 33 mil docentes trabalhando nela. Embora os institutos federais tenham sido criados com a cultura oriunda das Escolas Técnicas e dos CEFETs, ao mesmo tempo, são instituições novas, porque agregam número muito grande de profissionais. E continuamos em expansão, nós vamos dobrar esse número de profissionais até 2015. Houve também uma mudança da sua missão institucional, passando a trabalhar nessa sua capilaridade com pesquisa aplicada, extensão e inovação naqueles Municípios e naquele território onde nossas unidades estão instaladas.

Demoramos 5 anos para estabilizar o conceito, para ampliar a expansão, para contratar os professores, para integrar as autarquias que se juntaram. Desses 5 anos para frente, a nossa grande inovação para a consolidação dos institutos federais é essa política aqui: as estratégias para o fortalecimento da extensão tecnológica e da inovação nos institutos federais, no sentido de estarem alinhados com as políticas de desenvolvimento e a política de competitividade no País. Então, é disso que a gente vai tratar nesta apresentação.

Resumindo, na estruturação dessa política, nós trabalhamos com as bases aqui do lado esquerdo. A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação define as tecnologias importantes, as tecnologias portadoras de futuro que o País deve desenvolver para se situar estrategicamente no futuro como um País desenvolvido, capaz de gerar tecnologias, mas não quaisquer tecnologias, aquelas



tecnologias que vão pontuar os países que ocuparão espaços estratégicos no mundo.

O Plano Brasil Maior é o nosso plano de desenvolvimento da indústria e do comércio, vinculado também a NCTI e às necessidades de desenvolvimento industrial do País. O Plano Inova Empresa, lançado pela Presidenta Dilma, congrega diversas atuações de inovação, com o objetivo do aumento da competitividade do P&D industrial no País, do P&D empresarial, e também, como falou aqui o nosso colega Vitor, em trabalhar essa não linearidade da pesquisa e da sua aplicação. Então, não é assim tão linear, é preciso haver diálogo sempre e, desde o início, entre quem está na ponta de cá da pesquisa com quem está na ponta de lá da aplicação.

A EMBRAPII — Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial é uma empresa que foi criada recentemente e tem a função de ser a ponte entre a academia e os institutos de pesquisa e de tecnologia no País, que majoritariamente são públicos, e as empresas privadas e públicas que precisam investir e desenvolver tecnologia no País.

O nome, inclusive, foi uma alusão à própria EMBRAPA e se baseia muito no *benchmarking* do Instituto Fraunhofer, da Alemanha, que é o maior instituto de pesquisa da Europa. E a EMBRAPA, a rede federal, é constituída por diversas unidades de referências na área agrícola, que já têm integração natural com as ações da EMBRAPA na sua capilaridade, na sua convergência. E nós utilizamos a EMBRAPA como referência, como capitalizadora das políticas de inovação e pesquisa na agropecuária e fazemos um alinhamento entre a ação dos institutos federais nessa área e a ação da EMBRAPA.

E do lado de lá, o que queremos? Investimento em pesquisa, desenvolvimento, inovação e formação de recursos humanos, que é a grande responsabilidade mãe dos institutos federais, porque é a instituição que tem maior capilaridade no País e a maior formadora de técnicos na área industrial e na área agrícola em todos os Estados, em todas as regiões do País.

E a inovação entra numa empresa por esse nosso trabalho de aproximar, de fazer a ponte entre os institutos de pesquisa e a empresa, mas ela também entra na



empresa pela formação dos novos recursos humanos contratados que têm o conhecimento e a visão de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Então, alinhar a rede dos institutos, alinhar a rede das universidades, fazer os nossos pesquisadores construírem essa ponte é capacitar esses pesquisadores para que eles potencializem a ação da inovação no País através da formação dos seus recursos humanos. Portanto, investimento em PDI e formação de recursos humanos, com foco em inovação nas áreas estratégicas, para sustentar o nosso crescimento econômico e ganhar competitividade. E as ações para inovação e extensão na rede federal, na rede dos institutos federais, baseiam-se naqueles parâmetros.

E o que nós fizemos? Já falamos aqui que contratamos mais de 20 mil docentes recentemente e que vamos contratar mais 20 mil nos próximos anos. De onde vêm esses docentes? São jovens recém-formados, oriundos das nossas universidades. Então, quando eles entram num instituto federal, quando estão próximos à comunidade, quando precisam fazer a pesquisa aplicada e a extensão, quando precisam fazer essa ponte entre a academia e as comunidades, eles não têm essa formação; eles têm a formação natural da universidade. E todo o fomento feito hoje no País é baseado na cultura universitária.

Nós trabalhamos muito nesses fatores e abrimos uma agenda com as agências de fomento, com a CAPES com o CNPq, com o MCTI, no sentido de que o desafio estratégico da nossa rede, além da construção dos prédios, além da expansão, além da contratação, é a formação do nosso professor. E a formação do nosso professor é um grande risco, porque nós estamos contratando muitos professores. Mas é uma grande oportunidade, porque podemos formá-los dentro de uma visão que permita termos, no Brasil, uma rede de universidade trabalhando com força na questão acadêmica e uma rede de institutos federais trabalhando no caminho entre a questão acadêmica e a aplicada, além da extensão tecnológica, uma vez que essa é a função original dos próprios institutos federais.

Então, temos uma série de ações de agora para frente, a fim de sinalizarmos para nosso docente que o caminho deles de crescimento profissional e de futuro é atuar com essa política alinhada à política do Governo Federal e que contém a



agenda futura do nosso País para os próximos anos, porque trata do tema da sustentabilidade do nosso desenvolvimento econômico e social.

A EMBRAPIL é uma empresa que vai credenciar unidades de pesquisa em áreas estratégicas, e os institutos federais vão entrar num processo de indução. Então, nós vamos criar polos de inovação, que estejam em *clusters* articulados com as universidades com o SENAI, com os institutos de pesquisa do MCTI e com a cadeia produtiva, no sentido de que possa captar e realizar projetos de pesquisa aplicada, do ponto de vista incremental e também do ponto de vista de ruptura, articulada com P&D, com recurso de empresa, com recurso financeiro, com recurso casado.

Temos também a política de apoio aos grupos de pesquisa de desenvolvimento e inovação em duas vertentes. Lançamos, com o CNPq, um edital de 20 milhões de reais este ano, de pesquisa aplicada e extensão tecnológica fechada na rede dos institutos federais, alinhado a essa política que estamos fazendo.

E estamos trabalhando com a CAPES a abertura induzida de mestrados profissionais em rede, ou seja, com capilaridade nessa rede para que nós aproximemos esses institutos também pela formação em pós-graduação das cadeias produtivas e dos parceiros sociais e empresariais.

Temos ações articuladas com a EMBRAPA. Estamos fechando um acordo de cooperação com a EMBRAPA que vai atuar em várias frentes, tanto na frente da qualificação, conforme falou aqui a colega da EMBRAPA, quanto na forma de ser parceira de atuação nos nossos *clusters* e nos nossos arranjos de inovação na área agrícola.

E a política do PRONATEC, que é a grande política de qualificação profissional, também contém a expansão dos institutos federais no Governo Federal. Essas quatro ações aqui são a linha de frente que nós temos no âmbito da inovação, qualificação e extensão.

Os polos de inovação, de modo geral, são unidades especializadas dos institutos federais, cuja função principal não é dar aula, mas é fazer pesquisa aplicada em inovação, criadas para atender demandas das cadeias produtivas por inovação. Isso vai na linha daquele quadro mostrado aqui na apresentação da



EMBRAPA: há quem faz pesquisa, depois quem faz a extensão e depois há a comunidade, que é quem usa. O polo vai começar a pesquisa de mãos dadas: o polo, que faz a pesquisa, com o mundo empresarial, que é a comunidade, que é quem usa. E eles vão começar juntos num projeto de risco, tanto o Governo como a EMBRAPA, quanto a empresa colocando recurso para o desenvolvimento daquele projeto. Essa é a ideia. Porém, não é uma ideia nova, ela se baseia no Instituto Fraunhofer, e já existem outros institutos no mundo que trabalham dessa forma, que estamos implantando aqui no País.

De modo geral, o polo vai ter atuação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e Inovação, mas também em serviços tecnológicos voltados para a inovação. Então, são aqueles serviços tecnológicos que não são apenas aqueles corriqueiros, que repetimos e em que não crescemos no nível de conhecimento, mas aqueles voltados para a inovação.

Vamos supor que eu tenho uma empresa que está no nível de fazer uma inovação. Ela já desenvolveu seu projeto, mas precisa fazer uma aferição, uma calibração para que realmente consiga ganhar escala, ganhar mercado e incorporar aquela inovação no seu processo. Então, esse serviço tecnológico é prioritário nos polos de inovação.

Além disso, formação e qualificação. Vamos pegar nossos melhores alunos de cursos técnicos e superiores e colocá-los para estagiarem ou para serem bolsistas de pesquisa num polo de inovação. Por exemplo, pensamos num polo de inovação junto com o ITA, em São José dos Campos. Então, os nossos melhores alunos na nossa capilaridade da nossa rede poderão atuar naquela região e, além de ser qualificado, poderá ser incorporado no mundo empresarial daquela região. Para colocar esse modelo de pé, nós construímos, no âmbito do MEC, articulado com o MCTI, a Lei nº 12.863, que foi aprovada. Essa lei flexibilizou a dedicação exclusiva para os professores dos institutos federais e universidades federais, para que eles possam receber da Fundação de Apoio retribuição pecuniária quando estiverem fazendo projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Nós organizamos toda a base jurídica das Fundações de Apoio para que elas possam trabalhar com recursos públicos e privados. O Governo agora está criando um decreto que regulamenta essa lei para um procedimento próprio de aquisições e



contratações da Fundação de Apoio, que não é a Lei nº 8.666, quando envolver ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Essa é a grande agenda da inovação.

Do ponto de vista da segurança jurídica, colocamos a Fundação de Apoio de pé, trabalhamos com a flexibilização da dedicação exclusiva e inserimos, na Lei dos Institutos Federais, autorização para que ele possa conceder bolsas para professores, alunos e para pesquisadores externos e de empresas para pesquisa, desenvolvimento e inovação e intercâmbio. Então, demos as ferramentas, digamos assim, limpamos as áreas e colocamos as ferramentas à disposição das redes, para que elas possam, de fato, trabalhar com parceiros externos, que pode ser, no caso dos postos de inovação, um parceiro empresarial e, no caso dos mestrados profissionais e dos grupos de pesquisa vinculados ao CNPq, parceiros sociais e empresariais.

No caso do edital que está sendo lançado — o Nilton, que está aí, hoje, trouxe os números; já temos muitos projetos colocados —, temos três linhas: projetos de PDI só para os institutos federais; projetos de extensão tecnológica — e esses projetos só podem ser apresentados se houver a participação de uma instituição — para atender à demanda dessa instituição parceira, ou de pesquisa e inovação, ou de serviço ou de extensão tecnológica e também preparação de estudantes para as feiras de ciências. O nosso foco aí é o WorldSkills e a difusão tecnológica para as escolas públicas.

No caso da nossa discussão, pegando esse objetivo específico, queremos, como resultado, para entrar o próximo ano, que a gente tenha com clareza, fomentada e diagnosticada com quais cadeias produtivas dialoga essa nossa rede de extensionistas dos institutos federais, que são aqueles professores que vão ter aprovado esse projeto específico, por meio de projetos articulados com instituições parceiras: associações, cooperativas, empresas, prefeituras, demais órgãos governamentais.

Esse é um edital que vai ser repetido anualmente, atendendo a um desejo da rede de um edital fechado nela própria, frente a toda essa expansão. A rede tem muitos professores ainda jovens e que não seriam capazes de concorrer em pé de



igualdade com os professores mais experientes, notadamente os alocados nas universidades federais.

Ações articuladas com EMBRAPA: produção de material didático para cursos técnicos. Nós somos do negócio de cursos técnicos, a EMBRAPA é do negócio da agropecuária e tem uma base de conhecimento muito grande e, conjuntamente, temos uma grande oportunidade de criar referências para que a formação e qualificação cresçam no Brasil.

A Olimpíada Brasileira de Agropecuária, que foi iniciada pelo Instituto Federal do Sul de Minas, do qual a EMBRAPA agora é parceira e faz parte, vamos também inseri-la WordSkills;

A especialização para estudantes de cursos técnicos é uma ação que a EMBRAPA já faz na ponta juntamente com os institutos federais e que nós vamos catalisar. O técnico formado no instituto federal faz uma especialização na EMBRAPA, sob o ponto de vista do conhecimento, e ele vira um extensionista, no âmbito da sua região, compartilhando o conhecimento que ele adquiriu no instituto federal e aquele adquirido na EMBRAPA. E a parceria em pesquisa, desenvolvimento e inovação, ou seja, desenvolvimento de grupos de pesquisa conjuntos que já existem na rede, a gente vai sistematizar, de modo geral, e a atuação conjunta nos mestrados profissionais e polos de inovação.

O PRONATEC contém diversas iniciativas do Governo Federal: a expansão da nossa rede, a expansão da rede estadual, o fomento, a manutenção, a Rede e-Tec Brasil, educação a distância, o FIES, o acordo de gratuidade do Sistema S e o Bolsa Formação, que é o grande programa de extensão do PRONATEC, em que as nossas escolas podem sair das suas sedes e ofertar cursos de qualificação ou cursos técnicos para pessoas fora da nossa sede, porque ele consegue pagar bolsa do professor da rede ou até para pessoas da própria região que o Instituto pode selecionar e fazer a manutenção de cursos fora da nossa sede.

Estas são as metas do PRONATEC. Temos uma meta total para o final do Governo, inicialmente, de quase 8 milhões de matrículas em cursos de qualificação, em cursos técnicos no País, dentro das várias iniciativas. Ou seja, temos um conjunto de metas — esta apresentação vai ficar aqui.





Os resultados que já temos hoje. Nós já atingimos, daquela meta de quase 8 milhões, 4,7 milhões matrículas. E temos certeza, porque o programa está decolando, de que vamos cumprir a meta estabelecida inicialmente no programa ao fim do Governo. Mais da metade dos Municípios do Brasil já têm oferta de Bolsa Formação. Ou se chega neles através de uma escola federal, de uma escola do Sistema S, de uma escola estadual ou de um programa de extensão do Bolsa Formação. Estamos agora fortalecendo mais ainda a educação a distância para que ela complemente a oferta no País, principalmente naquelas regiões mais distantes ou com pequena densidade populacional, além de atender àquelas pessoas que não têm disponibilidade para fazer um curso regular em horário normal.

Era isso. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Antes de passar a palavra ao terceiro expositor, Dra. Sônia da Costa, gostaria de dar alguns avisos.

Primeiro, está circulando entre vocês uma lista de apoio à criação da ANET — Associação Nacional da Extensão Tecnológica. Eu pediria a atenção de vocês para isso.

Faço um apelo àqueles que estão de acordo com a criação dessa ANET, para que fiquem até o final do evento, porque a nossa ideia é criar uma Comissão provisória. Nós estamos plantando hoje uma semente da extensão tecnológica no País. As discussões estão sendo excelentes. Eu queria pedir a todos os expositores que disponibilizem seus eslaides, suas transparências, porque que queremos fazer os Anais deste seminário. Também vai circular, logo depois das falas, um formulário para perguntas, para quem quiser debater com os expositores.

Basicamente era isso. Reitero o apelo para todos, a fim que apoiem a criação da ANET, porque é importante que essa semente prospere. Vamos registrar todos os nomes que estão apoiando essa associação. Na área da agricultura já foi criada a ANATER, uma agência nacional com personalidade jurídica. Quem sabe a gente não avança, começando por uma articulação com as instituições — não é Sônia? — e evolua para uma agência também. O meu sonho é que a gente chegue a uma agência nacional da extensão tecnológica no País. Quem sabe não há um Ministério que queira abrigar essa Agência? O apoio de vocês é fundamental.



Passo a palavra agora, lembrando que o tempo será de 20 minutos, à Dra. Sônia da Costa, Diretora do Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação — MCTI.

**A SRA. SÔNIA DA COSTA** - Em primeiro lugar, eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Sônia, permita-me dizer uma coisa: junto a essa bolsa que vocês estão recebendo, deve ter vindo um modelo de Estatuto da ANET. Isso é para vocês levarem, analisarem. Todos vocês deixaram um *e-mail*. A gente vai interagir e ver como chegar a um melhor estatuto no final. Há também um manifesto, que vai ser lido no final. Aqueles que apoiarem significa que estão apoiando esse manifesto.

Desculpe-me, Sônia. Com a palavra V.Sa.

**A SRA. SÔNIA DA COSTA** - Imagina, Deputado!

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela organização do evento e por termos conseguido realmente otimizar todas essas parcerias e essas participações aqui presentes.

Quero cumprimentar meu colega da Rede Federal, o Diretor Aléssio, meu colega do MEC no ano passado, e o Sr. Fernando. É uma honra e um grande prazer conhecê-lo enquanto representante da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência.

Quero cumprimentar todos os reitores aqui presentes, em nome do Prof. Luiz Caldas, meu antigo colega nas parcerias, na construção de toda essa política do MEC.

É uma grande honra estar falando para os Parlamentares, os representantes comunitários, da Rede Federal e dos demais organismos que aqui se encontram. Muito obrigada pela oportunidade. Vou falar aqui como o Ministério da Ciência e Tecnologia pensa com relação à extensão tecnológica sob o foco da inclusão social.

O Ministério da Ciência e Tecnologia é um Ministério amplo. A extensão tecnológica é extremamente ampla dentro dos debates do Ministério. O Aléssio inclusive resgatou vários conceitos, sobre os quais eu posso avançar. Temos grandes (*ininteligível*) à questão das empresas, que é o SIBRATEC. Hoje, na parte da manhã, inclusive tivemos uma reunião discutindo a ampliação da articulação em relação ao SIBRATEC — Sistema Brasileiro de Tecnologia. Estamos articulando



agora com o novo sistema de inovação do SENAI; são os Institutos SENAI de Inovação, que vêm com a proposta também de trabalhar com a extensão tecnológica.

Para iniciar a fala, eu diria que acho que o grande desafio nosso aqui hoje é identificar essas ações, que já identificamos, mas um desafio também é como articular essas ações. A nossa Comissão da Câmara, há muitos anos, principalmente nos dois últimos seminários, vem nos colocando esses desafios com relação à extensão tecnológica. Então, eu vou tentar fazer uma fala relatando um pouquinho as ações da SECIS, mas sob a ótica de como podemos articular as nossas ações.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Inicialmente, eu falo pelo Departamento de Ações Regionais — este é o Departamento. O nosso Ministério, para que todos possam conhecê-lo um pouquinho, é muito enxuto, tem quatro Secretarias. Temos a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Aqui estão os parques tecnológicos, toda parte de propriedade intelectual, as incubadoras. O SIBRATEC e a RNP estão aqui. Nós temos aqui a SECIS, sobre a qual ainda vou explicar. Temos a Secretaria de Política de Informática, que é voltada para a questão da informática. Aí nós temos toda a política do *startups*, uma das grandes políticas, e estamos muito contentes com os resultados obtidos. Temos aqui a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Aí se destaca o projeto do bioma da Amazônia. Estamos na finalização desse programa; ele está prestes a ser lançado, com grande articulação nacional.

Vinculadas às nossas Secretarias, nós temos as Unidades de Pesquisa e as Unidades de Apoio, sobre as quais vamos explicar logo em seguida.

Aqui estão todas as Unidades de Pesquisa. Destaco as mais conhecidas: IMPA, INSA, INPA, Museu Paraense Emílio Goeldi, INT, CTI. São várias instituições, mais de 30. Acabamos de criar uma voltada para as pesquisas oceânicas. Temos algumas novas também na Região Amazônica. Há outras em estudo, sendo pensadas no Ministério.

Com esse desenho, o que nós gostaríamos de mostrar? O Ministério, desde a sua origem, vem pensando em todas as regiões e em todas as questões pertinentes



ao desenvolvimento científico e tecnológico, sempre tendo a extensão tecnológica como uma grande meta. Quer ainda chegar à absorção desse conhecimento produzido pelas universidades, pelos institutos, pelas empresas, pelas organizações sociais e pela comunidade como um todo. O Ministério é um grande parceiro da EMBRAPA.

Quais são os grandes meios de realização dessa política? Os nossos grandes articuladores acabam sendo o CNPq, a FINEP e a CAPES. Trabalhamos em parceria com o MEC e muito próximos ao BNDES. No programa da Amazônia, por exemplo, essas parcerias são estratégicas e fundamentais. As nossas principais ações se dão através do CNPq e da FINEP.

Como disse o Aléssio, nós também trabalhamos sob a orientação da ENCTI — Estratégica Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A SECIS trabalha especificamente na ação de contribuição para este objetivo: erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais. Então, as nossas políticas se diferenciam nesse aspecto. Trabalhamos articulados com todas as Secretarias, com todas as políticas, mas focamos especificamente a redução das desigualdades regionais.

A SECIS tem o objetivo de promover políticas públicas que viabilizem a inclusão social por meio das ações de disseminação de conhecimentos e transferência de tecnologias às populações em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social.

A Secretaria é extremamente enxuta, tem um gabinete, dois departamentos e duas coordenações. Orgulhosamente, ela trabalha hoje com 117 profissionais, dos recentes concursos. Estamos articulados dentro da Estratégia Nacional, que tem como um dos principais objetivos a questão do desenvolvimento sustentável, os desafios na parte de desenvolvimento econômico e social, a sustentação da política e a criação de novos mecanismos para a ciência e tecnologia em termos de gestão também.

No ano passado, dentro do Plano Brasil Maior, o grande desafio para a nossa Secretaria foi os programas estruturantes. A partir de 2012, trabalhamos nos seguintes eixos de ciência e tecnologia voltada para a inclusão social: Inclusão Produtiva e Tecnologia Social — linamos aqui os CVTs —; Segurança Alimentar e



Nutricional; Tecnologia Assistiva; Popularização da C,T&I e Melhoria da Educação Científica; Tecnologias para as Cidades Sustentáveis, e Inclusão Digital.

Escolhi alguns programas para aprofundar, como a Tecnologia Assistiva, porque esse é um dos programas da SECIS que articula um grande número de parceiros, em termos de órgãos financiadores, Ministérios, e principalmente as próprias ações do Ministério. No caso de tecnologia assistiva, estamos trabalhando no aspecto da inclusão social através da inovação. Criamos o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer — CTI, em Campinas, um centro de referência vinculado a uma unidade nossa de pesquisa. A partir da criação desse centro, em 2012, nós conseguimos já estar com efetivo funcionamento de 29 núcleos de pesquisa aplicada voltados à tecnologia assistiva.

Como conseguimos isso? Pela articulação com essas instituições. Nessa articulação, temos o apoio do MEC, do Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência e também da Casa Civil, que é uma das demandantes dessa política. Com o resultado deste 1 ano de trabalho, com o início dos recursos, hoje nós já possuímos 29 protótipos, que estão em vias de proteção neste momento, para que, em seguida, com o apoio da FINEP, possamos vincular isso à questão da produção das empresas, ao setor produtivo.

Em relação a tecnologia assistiva, esse é um desafio que está posto em várias discussões, por exemplo, da EMBRAPA, onde tivemos a oportunidade de conversar inclusive com a equipe do Aléssio. Definimos aí algumas linhas para os nossos polos de inovação, e esse polo de inovação, no caso da tecnologia assistiva, é uma articulação de vários Ministérios, daqui da Esplanada.

Entro no próximo ponto, que acredito seja a principal fala de hoje em relação à extensão tecnológica, porque escolhemos este momento para fazer o lançamento oficial do nosso livreto comemorativo dos 10 anos dos CVTs, que todos os senhores receberam. O resgate desse histórico nos mostrou que esse caminho da importância da vinculação dos conhecimentos científicos com as realidades locais e o desenvolvimento social local é uma ação que teve o início num momento muito crítico: o momento da crise da fome no Nordeste. Foi uma ação iniciada pelo Betinho, que todos nós conhecemos. A partir dessa ação, lá em 1994, Deputado Ariosto, constitui-se todo um anseio de como fazer a extensão tecnológica das



universidades às comunidades carentes, que muitas vezes não sabem identificar se uma água está purificada nem conhecem os mecanismos de purificação da água.

Nesse aspecto, identificamos toda essa construção histórica dos CVTs. A partir de 2003, os CVTs passam a ser uma ação orçamentária do PPA. Em 2013, chegamos a aproximadamente 400 unidades de CVTs implantadas. Muitos estão em fase de grandes articulações, o PRONATEC, por exemplo; outros, em grandes articulações com as Secretarias de Estado, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará; e outros, vinculados às universidades federais e institutos federais. Encontramos CVTs em situação, neste momento, precária, que são os nossos CVTs iniciados dentro dessa política e que estavam ligados unicamente às Prefeituras. Então, neste momento, estamos fazendo uma ação de resgate desses CVTs, para que possamos, através de bolsas do CNPq, em parceria com os demais Ministérios, resgatar esses espaços, que são espaços físicos e equipamentos, para que possamos fortalecer essa ação de articulação com as comunidades locais carentes.

Essas são as principais áreas que nós identificamos na pesquisa. Os CVTs atuam principalmente nestas áreas: sistemas de produção agroextrativista; infraestrutura; indústria; construções; sistemas de reciclagem; processos de desenvolvimento sustentável local; tecnologias da informação; tecnologias assistivas; produção alimentícia; pesca e aquicultura.

A partir desse momento em que levantamos a realidade dos CVTs nesses 10 anos de CVTs, foi estratégico o repensar do modelo CVT. Então, no ano passado, em novembro, organizamos o primeiro seminário que discutiu o novo conceito de CVT. Ele ocorreu aqui em Brasília; contamos com o apoio de várias instituições. A partir dessa reflexão, feita no ano passado, conseguimos fazer um novo desenho que define Centro Vocacional Tecnológico. CVT está sendo concebido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia neste momento como um ambiente tecnológico que articula ações locais para o desenvolvimento social.

Nesse sentido, o que o Ministério vê? A participação do Ministério da Ciência e Tecnologia consiste em estar equipando tecnologicamente esses espaços, atualizando esses equipamentos. Esse é o nosso desafio que está posto neste momento. A partir desse ambiente tecnológico, o nosso proponente precisa trazer



um arranjo institucional para o funcionamento desse CVT. Então, desde 2012, especificamente agora em 2013, todo proponente, Prefeituras, por exemplo, com projetos oriundos de emendas parlamentares, precisa apresentar o projeto, que pode ser via Prefeitura, porém ele tem que trazer o arranjo institucional. Ele precisa trazer uma universidade, ou uma unidade do Sistema S, ou os institutos federais, instituições que venham garantir as ações de transformação social, como qualificação profissional, extensão da pesquisa local e parte de empreendedorismo também.

Por fim, percebemos que muitos dos CVTs não tiveram sucesso pela forma de gestão até então adotada, uma forma de gestão centralizada, frágil e muitas vezes lincada a gestões municipais ou a próprios pesquisadores — terminado o projeto, aquela unidade do CVT passou a ser o laboratório do professor. Com essa identificação, sugerimos que todo novo CVT, desde 2012, principalmente os que estão sendo implantados este ano, passe a ter, obrigatoriamente, um comitê gestor que vincule setor produtivo local — é preciso estar lincado a um arranjo produtivo local —; representantes da comunidade; representantes do Governo local; instituições de ensino; e órgãos reguladores locais, caso seja necessário.

Com essa articulação, o que estamos percebendo nos projetos que recebemos no ano passado e neste ano? Estamos percebendo projetos mais concisos, mais coerentes com a realidade local e — acreditamos — não sujeitos à fragilidade que acontece quando há troca de Governo ou quando há finalização do convênio de apoio através do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Dentro desse novo modelo, qual é a nossa intenção? A partir desses 255 CVTs que estão em efetivo funcionamento, como está nesse mapa — temos em torno de 100 CVTs em fase de implantação, de obras ou de retomada de obras —, e com os novos editais, a ideia é transformar todos esses em uma unidade em que a gestão seja articulada com o desenvolvimento local na forma de um comitê gestor.

Em 2013, grandes projetos estão sendo implantados. Nós estamos com dez CVTs sendo implantados com os recursos do próprio Ministério e dos fundos setoriais. Gostaríamos de destacar o CVT do Amazonas, de Coari, que é na área de agroextrativismo; o CVT da Indústria do Carnaval, que é um dos grandes CVTs que está mobilizando uma rede nacional voltada para a indústria da economia criativa e



que está sendo implantado na Cidade do Samba, com previsão de inauguração para o ano que vem; o CVT Móvel, que foi uma proposta do Governo do Estado de Goiás; o CVT de Segurança Alimentar, que é descentralizado e vinculado às cozinhas comunitárias, a restaurantes populares, uma rede; o CVT de Agroecologia, que é voltado para o atendimento dessa parte da agricultura familiar — na agroecologia, quero também destacar o CVT que estamos fechando esta semana, do Instituto Federal de Brasília, vinculado às comunidades assentadas —; o CVT voltado para a questão de pesquisas na área de agroflorestais na Amazônia, que é uma proposta vinculada ao nosso INPA; e o CVT voltado para a questão de saberes indígenas, que estaremos trabalhando na região do Xingó.

O que nós queremos mostrar com esses projetos deste ano? Queremos mostrar que existem, sim, comunidades que precisam desse equipamento, desse instrumento lá no local, junto a essas comunidades. Há a articulação macro, como a que está acontecendo entre EMBRAPA, MEC, MCTI, e outras ações macros. Mas onde está a micro? Aonde realmente chega naquela comunidade local? Aonde chega na comunidade dos quilombolas? Aonde chega junto às favelas, como é o caso dos nossos CVTs que estão no Morro do Alemão, do nosso CVT que está em Nilópolis, por exemplo, que foi mostrado no vídeo hoje na parte da manhã? Nós acreditamos que resgatar o histórico do CVT foi resgatar o conceito de CVT — Centro Vocacional Tecnológico —, voltado para o objetivo que aqui se propôs: reduzir as desigualdades locais e regionais e gerar renda para populações carentes, estar lá, no âmago dessas populações.

Outro exemplo muito forte que nós temos é na parte de reciclagem de eletroeletrônicos. Hoje são os CVTs que estão gerando renda para muitas famílias. Estamos tendo um resultado fantástico em relação a essa nova estrutura que está sendo apresentada. Além desses projetos implantados pelo MCTI em 2013, temos 10 CVTs empenhados até o momento e temos em torno de 20 emendas parlamentares a serem liberadas na área de CVTs.

O que eu gostaria de colocar para os nossos parceiros que estão aqui: micro e pequena empresas, EMBRAPA, MEC? Esse é um instrumento histórico, concebido pela comunidade, concebido por uma concepção social. Esse instrumento está à disposição para que a gente possa buscar essas articulações. É o que a





gente vem fazendo. A relação que estamos tendo com o MEC é extremamente positiva. Foi surpreendente a relação que tivemos com o MAPA, com o MDA. O Ministério do Meio Ambiente agora está sendo uma nova articulação. Esse é um instrumento que está aí. O que nós temos? Nós temos obras em lugares que não imaginamos, como Rolador, que é um Município de 2.800 habitantes no Rio Grande do Sul. Lá há uma obra, um espaço com salas, com sala de videoconferência, com miniauditório, com laboratórios temáticos. Muitas vezes, eles estão subutilizados, porque não existe o conhecimento, às vezes da própria comunidade local, de como articular-se a esses órgãos parceiros capazes de fazer essa transformação social.

No caso da micro e pequena empresa, o que percebemos? A maioria dos CVTs conserva o conceito original de estar vinculado a um APL. E a gente mantém isso no novo conceito: tem que estar articulado a um APL. Por exemplo, a indústria do carnaval é informal, e são milhares de pessoas que estão trabalhando. Além de milhares de pessoas, a gente tem trabalho escravo na indústria do carnaval. Além de trabalho escravo, a gente tem trabalho infantil. O que podemos fazer para haver ascensão social? Estar nessas comunidades, nesses espaços. Qual é a ideia? A ideia é que o CVT do Carnaval, que está na Cidade do Samba, não fique simplesmente na Cidade do Samba, esteja em todos os galpões em que estamos trabalhando com a indústria do carnaval do Rio de Janeiro. A partir desse exemplo, nasce um projeto. Nós estamos com o CGEE neste momento, a nossa organização do Ministério, desenvolvendo um estudo de como vamos trabalhar a questão da economia do carnaval em âmbito nacional, considerando as diferenças regionais, desde as questões folclóricas da Amazônia, Nordeste, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e assim por diante.

Para finalizar, há outros projetos que estamos articulando neste momento especialmente pela característica do nosso Secretário Oswaldo Barba, como é conhecido, de ter sido Prefeito de São Carlos. Ele trouxe uma ideia muito forte à Secretaria. Ele vê que o Município é o elo, que nós precisamos articular essas políticas. Existe toda uma política pensando nos territórios. Todos nós já participamos dessas discussões. Já tivemos vários estudos sobre a questão dos territórios. Nós percebemos que, além de estar nos territórios — Territórios da Cidadania, e assim por diante —, precisamos chegar ao foco, ao Município. Que



Município é esse? Quais são as características? Que arranjo ele possui? Como qualificar esse arranjo? E aí conseguimos fazer e cruzar esse desenho. Onde estão os nossos *campi* dos institutos federais? Onde estão as nossas unidades do Sistema S? Onde estão as nossas unidades das universidades federais? E onde elas não estão? Mas lá há uma obra de um CVT implantado por um Parlamentar sonhador ou por um Prefeito que acreditava numa transformação social, e muitas vezes esse CVT está se tornando abandonado.

Então, tento fazer esta fala de uma forma que mostra que existe uma intenção, mas existe um desafio, sim, de articular essas ações e resgatar o conceito de que o Centro Vocacional Tecnológico é um equipamento vinculado a uma comunidade.

Na área de cidades sustentáveis, a gente tem uma grande parceria com a China e com a EMBRAPA, que está coordenando aí a implantação da Rede Nacional do Bambu, gerando todas as possibilidades, enormes, que existem na área de desenvolvimento econômico a partir do bambu. Nós temos grandes projetos em Alagoas, por exemplo, como o desenvolvimento de energia solar para alimentar as comunidades rurais. Temos um projeto com a EMBRAPA do Mato Grosso, a questão do biogás; e temos o projeto que foi destaque na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no ano passado, o barco solar desenvolvido com apoio do Ministério, da SECIS, para se implantar na Região Amazônica, visto que lá o combustível é uma dificuldade. Os nossos barcos do FNDE estão tendo dificuldade pelo problema do combustível. A energia solar estaria suprindo essa questão. O barco já está na fase final, para ser enviado para a produção em série.

Na área de tecnologias sociais, fechamos um grande projeto com o Ministério do Trabalho e Emprego. Estamos apoiando a implantação de 100 incubadoras de tecnologias sociais. O edital fecha agora no dia 18. É um projeto de 20 milhões de reais, para apoio a incubadoras de tecnologias sociais.

Na área de segurança alimentar, o desafio da SECIS neste momento é identificar as fragilidades que temos em termos de produção de alimentos — aí a agroecologia vem muito forte com a segurança alimentar — e como fazer com que esse alimento realmente chegue aonde tem que chegar, como é o caso da merenda



escolar. E há a luta para que realmente as nossas organizações escolares adquiram esses produtos do produtor local.

A inclusão digital é o grande projeto da SECIS. No momento, temos em torno de 1.300 telecentros implantados em todo o País. Os telecentros também estão sendo repensados para que fujam daquela questão que simplesmente é infraestrutura, mas que essa infraestrutura venha com conteúdo. Então, os novos editais e as novas emendas parlamentares devem ser apresentados dentro desse conceito de telecentro com conteúdo, com inclusão social.

E temos a questão das cidades digitais em parceria com o Ministério das Comunicações. No momento, estamos com a implantação de 30 cidades digitais que fogem ao padrão do Ministério das Comunicações de 50 mil habitantes. Nós implantamos cidades digitais para mais de 50 mil habitantes e menos de 50 mil habitantes também. Esse é um grande desafio, o das cidades digitais. E o Ministério discute neste momento a questão das cidades inteligentes, um conceito que está sendo discutido por vários Ministérios, mas a questão de cidades inteligentes trazendo a questão da inovação social.

Por fim, a Semana Nacional este ano chegou a mil Municípios. Ano que vem, com esse apoio que o Ministério está colocando aos institutos federais, com certeza vamos ampliar a parte de pesquisas, para serem apresentadas. O Ministério fez a diferença nesta Semana, pelo grande número de inovações apresentadas pelos jovens do nosso ensino médio integrado. Essa é a intenção do Ministério. Fechamos agora um edital de 8 milhões de reais e nos surpreendemos. Tivemos 411 projetos inscritos para receberem recursos para apoio da Semana que vem. Então, diferenciamos. Temos o apoio à questão da Semana de cada ano. Faz-se a solicitação em 2013 para receber no próximo ano.

A questão das olimpíadas nos surpreende também. Apenas 36 Municípios não participaram das olimpíadas neste ano, o que é uma grande superação da política do Ministério.

Para fechar, com relação a alguns dos nossos editais, este ano, com a articulação que conseguimos com os parceiros, principalmente com o FNDCT, conseguimos captar 174 milhões de reais em recursos, e já temos, no CNPQ e na FINEP, mais de mil projetos em fase de análise.



Agradeço imensamente a oportunidade de apresentar um pouquinho mais a SECIS, algumas ideias em que estamos pensando. Qual é a mensagem que queremos trazer neste dia? A mensagem que queremos trazer por parte da nossa Secretaria-Executiva, pela parte da SECIS, é que estamos, neste momento, numa ânsia de articular políticas para fortalecer, otimizar recursos e, principalmente, chegar aonde queremos chegar: à redução das desigualdades sociais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Muito obrigado, Sônia.

Passo a palavra agora ao último expositor, o Dr. Fernando Almeida, Diretor de Produtividade e Inovação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

Eu gostaria de chamar o Deputado Izalci para assumir os trabalhos.

**O SR. FERNANDO ALMEIDA** - Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Ariosto, amigo Aléssio, Sonia, todos os demais presentes.

Eu gostaria de começar minha fala lembrando uma ocasião em que o sapateiro de Michelangelo ousou comentar, fazer um comentário sobre a barra da calça. Michelangelo falou para ele assim: "*Por favor, meu sapato*". Então, quem sou eu, Deputado, para estar falando de inovação num grupo tão seleta como este, não é? E eu aproveito para fazer a propaganda do livro do nosso Deputado, em que, sim, faz um resumo e um estudo profundo de tudo o que podemos fazer para a micro e a pequena empresa. Então, sinto-me muito pequeno para falar do assunto diante de vocês.

Mas a intenção da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, acima de tudo, nessa área de inovação, Sônia e Aléssio, é ser um canal, é ser um instrumento para que o micro, o pequeno, aquele lá da base da pirâmide possa ter acesso à inovação. Então, um dos nossos grandes desafios nessa Secretaria recém-criada é criar esse portal com diversos produtos. Um deles é a abertura e encerramento de empresas — queremos fazê-lo em 5 dias —; queremos que o micro e o pequeno tenham acesso, para poderem chegar ao crédito, chegar à capacitação, chegar à inovação. Então, o nosso grande objetivo, o nosso grande foco é ser instrumento de um canal.

Eu sou uma pessoa que tenho diversos produtos criados, mais de 12, e eu nunca tive acesso a nenhum instrumento de apoio, sempre usei os meus próprios



recursos. Quando você vai a Municípios pequenos, e também a Municípios grandes, e se coloca à disposição, as pessoas vêm e perguntam: “*Mas como é que eu faço para ter acesso a isso, ter acesso àquilo?*” E eu, que estou vindo da iniciativa privada há 3 meses, fiquei surpreso em saber que existe tanta coisa que eu não sabia que existia. E, assim como eu não sabia disso, a grande parte das 7 milhões de microempresas que têm uma participação no PIB, que, comparando com os demais países, é muito pequena, não sabe. Será que não está faltando algo para que elas conheçam tudo isso que o Governo, que as entidades têm disponível?

Então, eu não vou entrar no assunto aqui, porque, se nós conseguirmos ser um instrumento, ser um canal para que o micro, o pequenininho, ou mesmo aquele cara que fatura 10 mil reais, 5 mil reais por mês, consiga ter acesso a essa inovação, eu acho que nós já cumprimos o nosso papel. Também não temos intenção, Sônia, Aléssio, de concorrer com vocês, nem temos braço para isso. Queremos apenas, na inovação, ser um canal para unir a oferta que vocês têm com a demanda que está lá, como Sônia muito bem colocou, muitas vezes até subutilizada, não é, Sônia? Entendemos que várias iniciativas, os APLs — que muitas vezes nem precisava ter o “L”, poderia ser só “AP” —, são ações muito inteligentes, são ações que temos que catalisar. E entendemos que, como já disse, precisamos ser um canal para unir isso aí.

Quando eu venho a um auditório como este, eu sempre tenho duas expectativas. A primeira é ouvir coisas novas, e às vezes a gente consegue também aprender por diversos canais, mas o mais importante, que às vezes a gente não consegue no dia a dia, é sair motivado. Então, gente, não sei se este encontro vai acrescentar algo na cabeça de vocês, mas nós que estamos aqui queremos, pelo menos, que vocês saibam que estamos aqui motivados, estamos aqui unidos para realmente fazer com que o micro e o pequeno, e também quem não é empresário, a pessoa física, tenham acesso a essa inovação no nosso País. Os esforços são nesse sentido.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Passaremos agora ao debate. Pergunto se existe alguma pergunta. (*Pausa.*)



Enquanto as perguntas chegam, eu só quero dar uma notícia. Nós da Comissão Especial marcamos agora a votação da PEC 290/2013 e do PL 2.177/2011 para o dia 20, porque nós ainda temos um entendimentozinho com o Governo, com relação a algumas questões, um termo da PEC, exatamente falando sobre isso, a subvenção das micros e pequenas empresas. Ainda há essa pendenziazinha e a questão do PL 2.177, o Regime Diferenciado de Contratação. Mas acredito que dia 20 estaremos votando o texto da emenda constitucional que vai revolucionar a ciência, tecnologia e inovação.

Há aqui algumas perguntas dirigidas à Sônia Costa. Primeira: *“Quais os entes ligados à OS?”* Segunda: *“Pode-se discriminar os dez clusters ligados à emenda parlamentar?”* Perguntam ainda à Dra. Sônia: *“Os CVTs, hoje legitimados com o programa nacional para promover a capacitação profissional e extensão tecnológica para a população, precisam ser reconhecidos efetivamente como instrumento integrante do sistema integrado para formação profissional e extensão no País. Nesse sentido, essas unidades não poderiam receber diretamente recursos do PRONATEC para realizarem suas ações?”* A pergunta é de Jerônimo Lima, e as anteriores são de Francisco Ferrer, do CENTEC no Ceará.

Há duas perguntas para o Sr. Aléssio: *“Como os Institutos Federais de Educação definiram sua estratégia de trabalho conjunto com o SIBRATEC Redes de Extensão Tecnológica, com os 23 Institutos SENAI de Inovação e com o SEBRAETEC, do SEBRAE?”* A pergunta é do Sérgio. Há outra também para o Aléssio: *“Qual a posição do MEC com referência à inclusão de OS e CVT no PRONATEC- FIC (Formação Inicial e Continuada)?”*

Com a palavra a Sônia e, depois, o Aléssio.

**A SRA. SÔNIA DA COSTA** - Em relação aos CVTs vinculados às OSs, historicamente nós tivemos vários CVTs ligados a organizações sociais, e estimulávamos isso até o ano passado. Devido à legislação, houve essa restrição à questão das organizações sociais, e o ano passado nós tomamos a decisão. Em 2012, abrimos um edital específico para a participação dos institutos federais, visto que assumiu a SECIS o Secretário Eliezer Pacheco, com esse vínculo que tem com os institutos federais, e nós definimos isso. Mas, em nenhum momento, houve a questão da não participação das OSs.



A única questão é que, o ano passado, nós previmos a articulação dessas OSs, organizações Sociais, com institutos federais ou universidades federais, como uma forma de facilitar a liberação de recurso, a descentralização, e assim por diante. Hoje nós continuamos trabalhando com OSs, mas OSs vinculadas aos Governos Estaduais. Então, nós temos os casos de Pernambuco, Ceará, Sergipe. Acabamos de fechar uma parceria agora de recurso do próprio Ministério com Sergipe, vamos trabalhar com uma organização social vinculada ao Governo do Estado. Por quê? Porque fazemos o convênio com o Governo do Estado.

No caso de recursos, muitas vezes o convênio para o Ministério se torna positivo, porque nós temos mais tempo para executar o recurso. Então, nós conseguimos entrar nos Restos a Pagar do ano seguinte.

No caso do TDC direto para os institutos federais e universidades, quando começa a partir de julho e agosto, isso já fica difícil, porque sabemos da dificuldade de viabilizar isso em tempo hábil naquele ano dentro das nossas instituições federais, tendo que retornar o recurso. Então, acabamos imobilizando muitos recursos, o que aconteceu em vários outros anos. Por isso há essa flexibilidade, não existe a não parceria com a OS. Pelo contrário, a gente estimula isso, principalmente agora, com esse novo desenho do CVT, que prevê que um bom projeto de CVT, para ser aprovado pelo Ministério Ciência e Tecnologia, precisa trazer esse arranjo institucional. E a OS é, sim, instituição intrínseca a esse processo social de apresentação de projetos nesse caso.

A próxima pergunta é em relação à questão dos 10 CVTs lincados às emendas parlamentares. Eu peço desculpa, eu não vou conseguir lembrar todas as áreas, mas nós temos áreas inovadoras, estratégicas, áreas novas. Por exemplo, há um projeto de uma emenda que articula o arranjo produtivo local com a necessária articulação com a parte de TI. Então, é um CVT que está se voltando para a questão de TI. Mas TI não é só ensinar Word e Excel. Não, é TI para identificar, para a micro e a pequena empresa, Fernando, qual é o pequeno sistema que se precisa desenvolver, que às vezes pode ser até uma planilha de Excel um pouquinho melhorada ou não, e isso vai fazer diferença para o controle da qualidade, para a questão do controle de estoque, que fogem dos grandes *softwares*. Talvez sejam



pequenas relações. Então, esse foi um CVT entre aqueles que eu acompanhei agora. É inovador, é diferente por essa situação.

Então, o que nós percebemos? Que o CVT, pelo fato de estar ligado a esses APLs, APLs muitas vezes pequenos, como as micro e pequenas fábricas de móveis... Há 2 semanas, nós recebemos um grupo de Minas Gerais que é de fábricas de instrumentos musicais. É um...

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** - Pensei que era de queijo. Não?

**A SRA. SÔNIA DA COSTA** - Não, era de instrumentos musicais.

E me surpreendeu saber que essa região acabou sendo um atrativo para a construção e a confecção de instrumentos musicais, porque existem alguns mestres, mestres que estão perdendo a vida, muitas vezes pela idade, e o que a gente está fazendo para resgatar esse conhecimento?

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** - E às vezes é dinheiro pouco, não é? Não estamos falando de milhões, não, às vezes é de mil mesmo.

**A SRA. SÔNIA DA COSTA** - E aí qual é a pergunta? A Prefeitura trouxe um espaço para que esses CVTs se implantassem lá e pediu os equipamentos para construir violas. A meta deles era que, em todas as escolas, houvesse violas para as crianças. Seriam equipamentos em torno de 500 mil reais. O Ministério tem o recurso para os equipamentos e está construindo articulação com o PRONATEC. A gente já teve várias reuniões, inclusive com o Secretário-Executivo, com o Secretário da SETEC, porque o PRONATEC traz as bolsas, a continuidade desse projeto. Então, nós temos a resposta mais rápida em termos de equipamento, mas nós não temos o recurso para garantir isso, principalmente depois que tivemos a questão do CTPETRO, que saiu agora do FNDCT — o CTPETRO está agora para educação e saúde. Então, isso também teve um impacto bem positivo nas nossas ações.

Por último, a pergunta que se refere...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. SÔNIA DA COSTA** - Isso. Acho que, em relação ao PRONATEC, já existe essa articulação da nossa parte. Existe uma sinalização positiva, mas acho que está faltando oficializarmos isso. Existem — Aléssio, acho que dá para a gente manifestar publicamente neste momento — duas redes. O Secretário Narcio estava aqui nesse momento, e uma rede é de Minas, que atende mais de 70 mil vagas de





formação profissional por trimestre. É um número importante. No Rio de Janeiro também a gente tem, e é muito mais organizado esse arranjo. Então, no caso do Rio de Janeiro, seria nós medirmos a relação do PRONATEC com a FAETEC. Acredito que esse é o desafio que nos foi posto na última reunião que tivemos com a FAETEC no Rio de Janeiro, inclusive para construir o vídeo que foi lançado hoje na parte da manhã.

Então, este é o momento, o momento em que temos as redes organizadas, e está mais fácil para que possamos trabalhar. São quatro redes organizadas: Rio, Minas, Ceará e Pernambuco. Outras redes estão nascendo. Então, essas redes estão apropriadas. Com relação a essas redes que estão nascendo neste momento, estamos tentando criar essas redes específicas. E qual foi a forma de nós organizarmos as redes nacionais? Através das linhas temáticas. Então, a primeira rede nacional de CVTs que temos hoje é a Rede Nacional de CVTs em Agroecologia. Isso foge da relação da estrutura dos Estados, mas passa a ter uma relação nacional. Aí, a gente consegue responder de forma mais eficaz, em termos de articulá-las com redes nacionais.

Acho que eu respondi em parte.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Aléssio.

**O SR. ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS** - Primeiro, vou a essa questão do Sérgio, do MCTI: *“Como os institutos federais definiram sua estratégia de trabalho conjunto com o SIBRATEC Redes de Extensão Tecnológica, com os 23 Institutos SENAI de Inovação e com o SEBRAETEC, do SEBRAE?”* Na atividade do instituto responsável pela extensão, como autarquia, o instituto tem uma série de relacionamentos na sua unidade.

Vou citar o exemplo do Instituto Federal do Espírito Santo com relação a esse edital que nós lançamos de pesquisa, inovação e extensão, e com relação ao polo de inovação. O Instituto Federal do Espírito Santo tem uma proposta de polo de inovação na área de petróleo, que é articulada com a Federação das Indústrias, com o Instituto, com o Governo. Então, o Instituto está articulado com a política do SENAI, porque no seu Estado ele está articulado com a Federação das Indústrias. Quando foi publicado esse edital, a Federação das Indústrias divulgou-o à sua base



de indústrias, e as indústrias fizeram fila lá no Instituto. Então, eles estão articulados. Não fizemos uma articulação direta, mesmo porque os institutos têm sua autonomia, e as federações também têm sua autonomia. Por mais que estejamos articulados, MEC e CNI, é necessária uma articulação na ponta.

Com relação à questão do SIBRATEC Extensão Tecnológica, acredito que seja da mesma forma, frente à política do SIBRATEC e do MCTI. Como as universidades, os institutos estão presentes com maior ou menor força dentro dessa política. Nesse caso aí, é possível o MEC e o MCTI se articularem e dialogarem nos fóruns dos institutos, para que eles integrem com mais força essa questão do SIBRATEC e também do SEBRAETEC. No SEBRAE, agora nós estamos com uma articulação muito forte com eles com relação ao PRONATEC Empreendedor. Então, estamos fazendo um acordo de cooperação com o SEBRAE, mas nós não temos articulações sistêmicas nacionais.

Com relação à questão dos CVTs e do PRONATEC, primeiro o MEC credita muito o sucesso do PRONATEC a ter trabalhado com as redes de escolas organizadas, através do SISTEC, que é o sistema informatizado que ele tem. Então, ele fez formação inicial e continuada com as escolas técnicas, que era o negócio delas. As escolas do SENAI — as escolas federais e as escolas privadas foram habilitadas — e as escolas estaduais. Então, esse foi um princípio que fez levantar.

Sabemos que, na qualificação, quando saímos das escolas organizadas, não é possível negar que nós temos uma pressão muito grande para diversas institucionalidades atuarem no âmbito do PRONATEC. Com algumas nós queríamos trabalhar; com outras, precisamos fazer um sistema de filtragem muito forte. Por que dizer isso? Porque é muito crítica a discussão desse ponto no MEC, por isso o MEC ainda não conseguiu avançar nisso. Mas nada impede...

Vou citar um exemplo ao contrário. A UNIPAMPA, no Rio Grande do Sul, não tem escola técnica vinculada e queria entrar no PRONATEC: *“A tua universidade é a de Santa Maria. Ela tem escola vinculada e está no PRONATEC”*. A UNIPAMPA fez um acordo de cooperação com a Universidade Federal de Santa Maria e, a partir daí, passou a atuar no PRONATEC. Então, acho que esse é o caminho mais fácil, porque aí o CVT poderia até assumir essa função maior, que a própria Sônia colocou, de ser articulador de diversos atores. E isso abre mais chances, porque, em



um mesmo local, pode atuar com o PRONATEC, com o Sistema S, com a rede federal, com a própria universidade federal e com outros atores.

Mas vou pegar mais informações deste estado da arte aqui e peço para o Marcelo Feres, o diretor que toca diretamente isso — o e-mail está aqui —, responder diretamente os detalhes dessa questão dos CVTs no PRONATEC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Encerrada esta etapa do painel, agradeço aos Srs. Parlamentares, ao público em geral presente ao evento e especialmente aos senhores palestrantes pelas valiosas contribuições trazidas ao debate.

Para dar continuidade às atividades do Seminário, passo a palavra ao Deputado Narcio Rodrigues, mediador da próxima Mesa, sob o tema *Desafios Institucionais*.

Com a palavra o nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Narcio Rodrigues) - Meu boa-tarde a todos e a todas. Quero agradecer, em primeiro lugar, a oportunidade de servir como mediador deste painel.

Cumprimento, já à Mesa — estivemos juntos pela manhã —, o Prof. Carlos Alexandre Neto, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que será um dos palestrantes.

Quero cumprimentar também e convidar para compor a Mesa o Dr. Glaucius Oliva, Presidente do CNPq, nosso grande amigo e companheiro.

Chamo também para a Mesa o Dr. Carlos Alberto dos Santos, Diretor-Técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o nosso querido SEBRAE. O Carlos, aliás, cumpriu uma missão hoje de vir de Fortaleza para estar conosco aqui.

Cumprimento e chamo também para a Mesa o Luiz Augusto Caldas Pereira, Reitor do Instituto Federal Fluminense.

Quero agradecer à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática por me ter dado a oportunidade de mediar este painel, que me parece ter uma proposta extremamente provocativa para o tema da extensão tecnológica, que são exatamente os desafios institucionais que nos cercam para implementarmos um grande programa em relação a essa meta de fazermos da extensão tecnológica um



avanço para atingir novos objetivos de desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

Estou voltando à Câmara dos Deputados desde a última sexta-feira, por um curto período, apenas para a votação do Orçamento, mas tenho tido a honra de dirigir a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, e essa experiência tem-me permitido conviver mais intimamente com a academia, estabelecer parcerias importantes, como com o SEBRAE e com o nosso querido Glaucius Oliva, do CNPq.

Então acredito que temos aqui, com estes quatro conferencistas, a oportunidade de dissecar este tema, que diz respeito aos desafios institucionais para o avanço da extensão tecnológica no País.

Não posso deixar de dar um abraço e um cumprimento muito especial ao Deputado Ariosto Holanda, que organizou todos os detalhes deste evento, e ao Deputado Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, meu companheiro de Minas Gerais, o Deputado Paulo Abi-Ackel, cumprimentando-o pela feliz iniciativa da realização deste evento, que, na manhã de hoje, deu oportunidade, uma abertura para termos aqui pronunciamentos estratégicos.

Acabamos de assistir ao painel dirigido pelo Deputado Izalci, e vamos, então, ao nosso painel, que trata dos desafios institucionais, dando a palavra, em primeiro lugar, ao Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o nosso querido CNPq.

**O SR. GLAUCIUS OLIVA** - Muito obrigado, Deputado Narcio Rodrigues. Começo por saudá-lo, tendo sido seu parceiro em muitas ações desde o seu mandato anterior nesta Casa como Deputado, quando promoveu várias ações parlamentares que resultaram em projetos que conduzimos em conjunto no CNPq, com recursos expressivos para diversas áreas da ciência e tecnologia.

Agradeço por sua sensibilidade em relação a esse tema, que foi obviamente reconhecida agora, com o seu trabalho extraordinário na Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais. Vimos lá o grande projeto HidroEX, todo o trabalho que tem sido feito com a valorização das universidades estaduais, do



sistema de educação superior do Estado de Minas Gerais, e várias outras ações que têm sido feitas em conjunto conosco, lá no CNPq.

Quero saudar meus colegas de Mesa, o caro Reitor Alex, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com quem tenho grande dívida agora, porque andei roubando vários de seus assessores e colaboradores, que vieram colaborar conosco no CNPq: a nossa nova Diretora de Cooperação Institucional, que era a Secretária de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e outros colegas daquela universidade.

Saúdo o Dr. Carlos Alberto Santos, do SEBRAE, também grande parceiro do CNPq, da ciência e da tecnologia e da extensão tecnológica no Brasil. Temos o grande projeto dos agentes locais de inovação. Amanhã teremos um bom evento de apresentação de resultados desses projetos que promovem, por meio de pessoas que recebem bolsas do CNPq, a missão de buscar, no varejo da pequena empresa, da microempresa, dos pequenos empresários, as oportunidades de incorporação de conhecimento de tecnologia.

E naturalmente quero aqui cumprimentar o nosso amigo Reitor do Instituto Federal Fluminense, o Dr. Luiz Augusto, em nome de quem saúdo vários colegas Reitores de outros Institutos Federais, que compõem, hoje talvez, o braço mais importante de capilaridade para o País para conseguirmos vencer este grande desafio que é levar conhecimento, ciência e tecnologia a todo cidadão brasileiro.

Quero começar a minha intervenção. Já, já vai aparecer uma apresentação, mas antes de ela correr, quero fazer uma pequena análise do nosso cenário.

Temos no País uma história muito recente de incorporação de ciência e tecnologia. O CNPq, a agência ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, mas uma agência federal de fomento à ciência e tecnologia, foi criada em 1951, num período em que o nosso País tinha pouquíssima ciência estabelecida. Dava para contar em uma mão, no máximo em duas mãos, as instituições que faziam pesquisas neste País. Eram heróis que não tinham nenhum apoio ou recurso.

Por exemplo, os professores universitários de então das poucas universidades existentes — tínhamos cerca de cinco universidades no País em 1951 — trabalhavam quase todos em tempo parcial, ou seja, eram profissionais atuantes que, por algumas horas por semana, dedicavam-se ao ensino. Portanto, não faziam



pesquisa. Esse cenário resultava em um País que tinha grandes dívidas. Para dar um exemplo: em 1951, Deputado, 85% dos brasileiros viviam no campo. Apenas 15% dos brasileiros, em 1951, viviam nas cidades. Mesmo assim, em 1951, o País era um importador de alimentos. Quer dizer, nós não tínhamos uma produção de alimentos suficiente para alimentar a nossa população.

Estava agora na Universidade da Califórnia, em Bekerley, fazendo uma série de acordos para promoção do empreendedorismo como atividade central para nossos alunos de graduação e de pós-graduação. Mencionava o seguinte nos Estados Unidos: há uma agência de cooperação e de auxílio internacional, chamada USAID, que, em 1951, mantinha o Brasil em sua lista de países que recebiam, periodicamente, navios com doação de leite em pó para populações carentes. Da nossa força de trabalho, 85% estavam no campo, mas, ainda assim, não éramos capazes de alimentar a nossa população.

Hoje esse cenário é absolutamente inverso. Temos só 15% dos brasileiros vivendo e trabalhando no campo, 15% da nossa força de trabalho. O resultado é que temos um País que hoje é o maior exportador de alimentos em praticamente a mesma área ocupada — um pouco mais agora. Mas como nós conseguimos inverter essa equação agora e produzir tanto? A resposta é única: incorporação de tecnologia, o que só foi possível devido ao nosso investimento em grandes escolas de formação agrônômica, que este País sempre teve, que se somaram a uma empresa com a missão específica de fazer pesquisa por demanda do campo, a EMBRAPA. Vejam, isso era fazer tecnologia não disponível, porque a agricultura tropical e subtropical é completamente diferente da agricultura no Hemisfério Norte, onde ela já era praticada de forma extensiva, como nos Estados Unidos e na Europa.

Plantar em um país que tem, por 3 ou 4 meses, o terreno congelado, em que não há fungo ou micro-organismo que sobreviva, é completamente diferente de se plantar soja em um país, em um local seco ou com muito calor ou umidade. Tivemos que desenvolver essa tecnologia. Isso foi tecnologia feita no país.

No entanto, daqui para diante, temos um grande desafio: embora sejamos líderes mundiais na economia do conhecimento na exploração dos nossos recursos naturais... Outro exemplo importante é o petróleo, que tem sua história de



descoberta associada estritamente aos investimentos que o País, em particular a sua grande empresa PETROBRAS, teve a capacidade de fazer, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que nos permitiram encontrar este grande tesouro para o futuro do país, que é o pré-sal.

Tudo isso são resultados do impacto da ciência e da tecnologia no Brasil, mas que têm um desafio novo: trazer o conhecimento a cada rincão do país, a cada cidadão, a cada produtor rural, a cada pequeno e microempresário. Isso se faz através do processo conhecido como extensão tecnológica inovadora.

Nesses 60 anos de história, nós superamos muitos desafios. Vejam que não é fácil. Hoje a gente tem ciência e tecnologia acontecendo em todos os Estados da Nação. O CNPq mantém uma base de dados muito importante — muitos dos senhores a conhecem —, a Plataforma Lattes, que possui três milhões e trezentos mil currículos registrados. Mais de 600 mil desses currículos têm mestrado e doutorado. Mais de 100 mil desses currículos, nos últimos 12 meses, tiveram uma produção científica, artística ou tecnológica.

Então, nós temos atualmente um cenário completamente diferente. Nós conseguimos superar séculos de atraso em relação a outros países no que diz respeito à nossa capacidade de ensino superior: temos 7,1 milhões de matrículas em ensino superior hoje no Brasil, com instituições de ensino e pesquisa espalhadas por todo o País. Isso foi feito com grande investimento do Estado. Qual é o nosso desafio? Transformar esse capital acumulado na forma de capital humano de conhecimento em aproveitamento por meio da nossa população.

Às vezes a gente fala de inovação tecnológica ou de inovação e logo pensa naquele robô maravilhoso que vai fazer tudo, naquele *chip* que vai ser incorporado ao nosso organismo para fazer maravilhas da nanotecnologia. Isso de fato é inovação. E nós precisamos estar nessa fronteira. Mas inovação também é chegar ao pequeno produtor.

Dou um exemplo familiar: a minha sogra é costureira, daquelas bem simplesinhas, que sempre costuraram no fundo de casa; o marido era caminhoneiro, que lutou na vida para educar as suas duas filhas — uma delas é a minha esposa. D. Alice continua, aos 65 anos, fazendo aquilo que sempre soube fazer: cortes e vestidos para as pessoas que a procuravam em casa. Nos últimos 2 anos, ela



resolveu abrir uma lojinha na porta. Ela arrumou uma amiga, que também é costureira e passou a ser sua sócia nesse pequeno empreendimento. Mas Dona Alice faz uma coisa que ninguém mais, entre as colaboradas, consegue fazer: o corte do tecido, que é jogar o tecido em cima de uma mesa grande e ir marcando as peças que vão ser cortadas para fazer as roupas — as mulheres entendem muito bem do que se trata isso. O segredo desse negócio é você montar esse corte para minimizar o que se perde no corte do tecido, o que sobra e fica de retalhos, que depois não serão utilizados.

Ela faz isso na cabeça. O que nós arrumamos? Arrumamos uns colegas do Departamento de Computação da Universidade de São Carlos, instituição em que estou e cidade em que moro. A instituição tem alunos que trabalham há muito tempo com problemas de minimização multivariados. O que eles fizeram foi muito simples: digitalizaram as formas das peças. Agora, com um programa de minimização simples, que roda em um pequeníssimo computador, eles encontram qual é a configuração das roupas na superfície que minimiza as áreas perdidas. Com isso, aumentou-se a rentabilidade, porque se passou a perder menos tecido na hora do corte. Quer dizer, o que há aí de novidade? Houve incorporação de conhecimento já existente, porque todo o mundo sabe fazer minimizações de equações multivariadas, mas agora aplicadas a um problema simples de um pequeno produtor, de duas pessoas.

Isso é incorporação de tecnologia, que podemos fazer agora em qualquer negócio, ajudando um indivíduo que está produzindo pão, que está criando suas cabras no interior do Ceará. Ou seja, em cada uma dessas atividades, nós podemos ter incorporação de conhecimento. E é isso que vai fazer a transformação do País.

É nesse cenário, meus amigos, falo aqui olhando para o Deputado Ariosto Holanda, que já deveria ter saudado desde o início desta apresentação, pois é o nosso herói. É uma pessoa com quem, desde que cheguei, aprendi muito em razão de sua visão, de seu olhar claro de que é através da extensão tecnológica que a gente vai vencer o fosso que separa a nossa capacidade de produzir conhecimento da nossa capacidade de incorporar conhecimento à produção. Ele é um campeão nesse assunto, tem lutado, e me sinto honrado em poder ser um pequeno colaborador nesse cenário. Na medida do possível, estou procurando incorporar as





suas ideias nas nossas ações dentro do CNPq. É justamente nesse processo de incorporação de tecnologia na pequena produção que nós vamos ter condição de mudar o cenário do País.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Quero dizer que o CNPq tem como missão promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência e tecnologia. E está lá especificamente escrito dentro do seu estatuto: *“Promover e fomentar a inovação tecnológica”*.

Desde 1951, quando foi criado — eu quero destacar aqui —, ele foi criado como Conselho Nacional de Pesquisas, por isso seu nome CNPq. Mas, em 1974, ele passa a se chamar Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, demonstrando a sua missão não apenas de promover o desenvolvimento da ciência, mas também de promover o desenvolvimento tecnológico do País.

Em 1985, cria-se o Ministério da Ciência e Tecnologia, mais um passo importante para consolidar a ciência e tecnologia como um dos pilares do desenvolvimento nacional, e se soma o CNPq a um cenário que hoje se chama Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem várias agências federais e, principalmente, conta com um importante componente, que são as agências estaduais, como a FAPEMIG, em Minas Gerais, a FAPESP, no meu Estado, a FAPERGS, no Rio Grande do Sul, a FAPERJ, no Rio de Janeiro, e assim por diante. Hoje temos Fundações de Amparo à Pesquisa que, somadas, já investem mais recursos do que o CNPq todos os anos.

Temos o CNPq atuando em CTI, várias coisas voltadas para C, ou seja, para ciência, e várias coisas que a gente faz voltadas para TI, ou seja, Tecnologia e Inovação. Quero só citar algumas. Por exemplo, o Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas, rede formada por instituições de grande reconhecimento nacional, universidades, institutos federais — vários deles participam —, que fornece gratuitamente informações tecnológicas, visando à melhoria e qualidade de produtos e processos produtivos. Qualquer pequeno produtor ou pequeno empresário pode acessá-lo, colocar a sua dúvida, que temos um conjunto de pessoas e de instituições preparadas para dar uma resposta técnica para aquela questão. Esse é



um sistema mantido com recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia, do CNPq, com vários parceiros.

Quero aqui citar, desde já, a nossa parceria nos Agentes Locais de Inovação — ALIs, que provavelmente você vai citar na sua intervenção, que implantam práticas inovadoras em serviços, produtos, processos, *marketing* e na própria organização das pequenas e microempresas espalhadas por este País. São hoje centenas de pessoas que trabalham com bolsas do CNPq fazendo esse trabalho.

Recentemente, lançamos, com a Confederação Nacional da Indústria — CNI, através do SENAI, do Instituto Euvaldo Lodi — IEL, o Programa Inova Talentos, que visa a ampliar o número de profissionais qualificados em atividades de inovação no setor empresarial brasileiro. Hoje qualquer estudante de último ano de engenharia, ou áreas correlatas, que quiser pode ter uma bolsa para trabalhar dentro de uma empresa como um *trainee*, uma bolsa diferenciada, e, depois de formado, ficar por mais 1 ou 2 anos com uma bolsa muito expressiva, que é competitiva no mercado, para segurá-lo em atividades de inovação nas empresas.

Quero destacar aqui o Programa RHAE Pesquisador na Empresa, lançado em 2007.

Já vou pular para o próximo eslaide. Diz ali, na segunda coluna, o investimento em milhões. Em 2007 estávamos investindo 20 milhões por ano; em 2012, ano passado, investimos 60 milhões. Mostra também a demanda. Ali é o número de empresas.

Esse é um programa em que a empresa apresenta um projeto e ganha bolsas que pode usar para fixar graduados, mestres e doutores em seus projetos de P&D diretamente dentro da empresa. E vejam lá que bacana: começamos com uma demanda de 710 empresas, atendendo a 124; no ano passado, tivemos uma demanda de 1.558 projetos, portanto, 1.558 empresas buscaram apoio, e com esses 60 milhões, nós conseguimos apoiar 247. Há outras 1.300 empresas brasileiras querendo incorporar mestres e doutores nos seus programas de processos e produtos, e nós ainda não temos recursos para apoiá-las. Mas vejam que bacana: são centenas, agora, de doutores e mestres que foram incorporados nessas empresas para fazer Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, porque são as pessoas que fazem a transformação desse cenário. Um grande programa.



Quero citar aqui agora o lançamento do Programa RHAÉ deste ano, que foi lançado com mais 60 milhões, com a novidade de que agora se pode, inclusive, dentro do Programa, pedir bolsas no exterior para que cientistas e engenheiros das empresas possam procurar seus parceiros no exterior. Recentemente foi lançado um edital de um programa de apoio a parques tecnológicos e incubadoras de empresas, com mais 12 milhões para apoiar as pequenas incubadoras que estão sendo criadas ao longo do País. Lançamos recentemente também o Edital nº 92, de 2013, para apoio à implantação e capacitação de Núcleos de Inovação Tecnológica, os NITs, tão importantes dentro das universidades. São aqueles braços — universidades e institutos federais também — que vão fazer o canal de comunicação com o setor produtivo.

E quero destacar, Deputado Ariosto, aquilo que é um sonho nosso já de 2 anos. Quando o senhor foi nos procurar, dizendo: *“Precisamos ter um edital voltado para a extensão tecnológica”*, nós tentamos, tentamos, tentamos e, agora, com a parceria com a SETEC, do Ministério da Educação, devido ao trabalho conjunto da SETEC com os institutos federais, lançamos um edital específico para Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica, em colaboração com o MEC. Está aberta a chamada. Os colegas dos institutos têm que se organizar para apresentar as propostas. O objetivo é apoiar projetos cooperados entre institutos federais, instituições parceiras com o foco em pesquisa aplicada, desenvolvimento, inovação, bem como extensão e difusão tecnológica. São 20 milhões de reais. O edital é voltado para os institutos que têm essa missão.

Quero parar por aqui. Sei que temos muito a ouvir, muito a aprender e depois muito a discutir com os senhores sobre essas ideias.

Quero deixar esta mensagem: o País precisa avançar na capacidade de uma forma muito extensa, muito capilarizada e fazer chegar o conhecimento ao pequeno produtor. Isso é parte da nossa missão como instituição de ensino superior de ciência e tecnologia. Não devemos olhar para a extensão. Temos dito muito isso, Alex, porque a extensão não é aquilo que sobra da universidade que a gente distribui para as pessoas. Ao contrário, a extensão é o que inspira os nossos projetos de pesquisa. A gente vai buscar na extensão o estímulo para que a gente



possa conduzir uma pesquisa que esteja atendida com as necessidades para o futuro do País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Narcio Rodrigues) - Agradecemos ao Dr. Glaucius Oliva a brilhante exposição, que, aliás, já planta resultados aqui no seminário de extensão tecnológica. Cumprimento o MEC e o CNPq por já estarem disponibilizando o edital.

Por uma decisão já compartilhada com a Mesa, nós vamos fazer uma inversão, passando primeiro a palavra ao Prof. Carlos Alexandre Netto, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem um voo marcado para daqui a pouco. De comum acordo dos integrantes da Mesa, vamos dar a palavra a S.Sa.

**O SR. CARLOS ALEXANDRE NETTO** - Sr. Presidente, muito obrigado. Deputado Narcio, quero agradecer a oportunidade de trazer aqui a palavra da ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, das universidades federais. Faço um agradecimento especial ao Deputado Ariosto Holanda, organizador do evento e também grande mentor da extensão tecnológica. Quero cumprimentar os colegas da Mesa, o Sr. Glaucius Oliva, Presidente do CNPq, grande acadêmico e, como todos puderam ver aqui, também já um grande gestor de ciência e tecnologia do País; o Dr. Carlos Alberto dos Santos, Diretor do SEBRAE, e o Sr. Luiz Augusto Caldas Pereira, Reitor do Instituto Federal Fluminense.

A minha fala fica muito facilitada após a manifestação do Prof. Glaucius, porque, em termos dogmáticos, em termos de princípio, em relação a tudo o que foi dito pelo Prof. Glaucius e que já tinha sido dito antes nos outros painéis, as universidades federais assinam embaixo.

Talvez os grandes desafios da extensão tecnológica, desafios institucionais, do ponto de vista das universidades, sejam três: primeiro, sensibilizar a comunidade acadêmica aos desafios que estão aí. E os desafios estão postos.

Em segundo lugar é questão do apoio. Para que se possa investir e produzir soluções tecnológicas é preciso pesquisa, e, para que se faça pesquisa e o próprio desenvolvimento tecnológico, precisamos de apoio na forma de editais ou de estabelecimento de redes com financiamento.



E, talvez, o mais complexo dos desafios, um desafio que vai além das universidades, é a questão da articulação. É preciso articular todos os entes, todas as organizações, todas as instâncias que estiveram — e estão — aqui presentes neste Seminário, para que possamos ter ações com focos muito próximos para que não haja a famosa dispersão e a pulverização dos esforços e dos recursos.

Quero começar com uma expressão que todos já devem ter ouvido, que é a de que as entidades de ensino superior, as universidades e também os institutos federais trabalham no sentido da indissociabilidade das atividades acadêmicas, ou seja, de que ensino, pesquisa e extensão se desenvolvem em conjunto.

Foi muito boa a provocação do Glaucius: a extensão não é aquilo que sobra ou, como se ouvia há alguns anos, a extensão é o primo pobre do que se faz na universidade porque, antigamente, o dinheiro ia todo para a pesquisa, e os professores todos tinham que dar aula, porque, afinal de contas, são professores, e o que sobrasse de tempo era o tempo da extensão. Hoje em dia isso realmente não é mais a realidade. Talvez isso tenha sido um preconceito em algum momento, mas hoje o que fazemos é ensino, pesquisa, extensão sendo desenvolvidos de mãos dadas, *pari passu*, desenvolvendo a sociedade brasileira.

Acho que hoje posso falar com muita tranquilidade que as universidades no Brasil são diferentes, muito diferentes do que eram há 20 anos, do que eram há 10 anos. Nós temos hoje novas universidades. Todas as 64 universidades hoje existentes no Brasil são novas universidades, porque todas elas hoje têm o engajamento pelo desenvolvimento nacional, que há alguns anos nem todas podiam demonstrar.

A universidade foi muito criticada há alguns anos pelo fato de que ela, aparentemente, se isolava empoderada pelo conhecimento, empoderada pelo saber e se mantinha no que se chamava antigamente de “torre de marfim”. Não é isso? Todos nós que passamos por universidades ouvimos isso num determinado momento. E, de fato, havia uma dificuldade de diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

Hoje, dependendo do desenvolvimento e tendo por base o grande programa de expansão das universidades federais, que foi o REUNI, criado em 2007, as universidades se abriram, criaram novos cursos e, principalmente, se interiorizaram.



Hoje há *campi* universitários em mais de 200 cidades do País, cidades onde antes não se imaginava pudessem contar com instituição de peso, como uma grande universidade federal. Hoje lá temos *campi* de universidades federais. E esse é um movimento complexo, porque não são só as universidades federais. Hoje temos a enorme rede, que já é maior do que as redes das universidades, dos institutos federais. Não é que já são mais de 450? Vim saber hoje o número. Então, os institutos federais já ultrapassam em número as universidades.

E nós trabalhamos de forma absolutamente complementar, porque temos hoje no Brasil ainda apenas 17% da população, com idade de 18 a 24 anos, dentro da universidade, o que é muito pouco. Temos pesquisa e geração de conhecimento de país desenvolvido — nós estamos entre os 15 países que mais produzem conhecimento — e temos um acesso ao ensino superior de país em desenvolvimento muito inicial ainda. Perdemos para todos os nossos vizinhos sul-americanos, por exemplo, que têm 50%, 60% dos jovens na universidade. Nós temos um percentual muito baixo, e estamos todos trabalhando por isso. Mas essa é apenas uma das formas de engajamento.

A outra forma é o engajamento e a mobilização para o desenvolvimento nacional. Vou contar aqui três exemplos muito breves que podem ilustrar como as universidades hoje, e já de algum tempo, já se mobilizam por isso.

Não sei se algum de vocês já ouviu falar na Operação Tatu. A Operação Tatu foi um projeto de pesquisa dos anos 60, que começou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a universidade eu tenho a honra de dirigir, e que rapidamente envolveu as universidades do Estado — Santa Maria e Pelotas —, que criaram um projeto em parceria com uma universidade americana, porque uma região do Estado estava ficando deserta pelo mau uso do solo — se plantava de qualquer jeito, e o solo foi perdendo os nutrientes. Então, se criou um projeto para correção dos micronutrientes do solo. Operação Tatu porque o tatu está sempre cavando, e eles, então, viviam cavando, tirando amostras do solo, analisando e receitando, então, micronutrientes. Foi um projeto que demorou 5, 6 anos. Algumas teses foram produzidas, mas o mais importante foi o seguinte: esse conhecimento começou a ser levado diretamente ao produtor. E, na época, eram só pequenos produtores. Em uma parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura e com uma agência de



extensão rural que existia na época — eu não lembro se já era a EMATER — se promoveu uma revolução no Estado do Rio Grande do Sul e, no meio dos anos 70, o Rio Grande do Sul já era um grande produtor de soja, soja que começava a ser cultivada no Brasil. Nos anos 80, vocês devem lembrar, o Rio Grande do Sul era o celeiro do País, produzindo soja, alimentando a população e começando a exportação de soja. A soja, hoje, felizmente é uma *commodity* nacional e muito do PIB brasileiro depende da soja. Essa história começou num projeto de pesquisa, que depois virou o projeto de inovação e de extensão no contato direto entre os pesquisadores e os produtores rurais.

Recentemente, também nesta área da extensão rural ou da pesquisa em Agronomia e recursos naturais, passamos a ter a RIDESA, que é uma grande rede, a Rede Interinstitucional de Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro, que envolve universidades das quatro regiões do País. Nós temos, na RIDESA, 21 estações experimentais, 220 pesquisadores e técnicos, que já desenvolveram 67 novos cultivares de cana. Alguns deles já estão distribuídos aos produtores, já estão sendo usados na produção. Lembrem-se que o Brasil é o pioneiro nos biocombustíveis. Então essa é uma atividade já muito recente. A RIDESA está em pleno desenvolvimento, e isso mostra o quê? Que, se nós temos um desafio concreto — e a RIDESA nos foi colocada como um desafio pelo Ministério de Ciência e Tecnologia —, se nós temos um desafio concreto e temos apoio e articulação, as universidades, sim, respondem aos desafios. Porque nós temos as pessoas, nós temos os professores, nós temos os alunos, que são muitas vezes muito melhores do que os próprios professores porque eles têm iniciativa. Não que os professores não tenham, mas os alunos têm uma energia que parece que não acaba nunca, principalmente os alunos de pós-graduação. Então, aquele estímulo que os alunos têm, isso rapidamente toma conta desses grandes projetos.

E um último exemplo: vocês aqui em Brasília devem ter em alguns restaurantes frutos do mar, ostras. Não sei se vocês sabem, mas 90% da ostra que se come no Brasil hoje é produzida em Santa Catarina. Em Santa Catarina. E como é que eles produzem, lá, hoje, ostras de qualidade de exportação? A partir de um projeto de inovação e extensão tecnológica que a Universidade Federal de Santa



Catarina montou já há uns 10 anos. Hoje, todas as fazendas de ostras têm lá a participação de estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, senhores, Deputado Ariosto Holanda, o que as universidades precisam é do desafio. Nós temos uma concepção de que a universidade faz a extensão como um todo. Fazemos, sim, a extensão tecnológica; fazemos também a extensão dos programas sociais, a extensão da socialização do conhecimento, prestação de serviços, e uma extensão que é fundamental, que é a extensão cultural. Em muitos dos nossos Estados as universidades federais são as únicas que mantêm grandes programas culturais para a educação da população.

Mas, a universidade não fatia as suas ações de extensão. Ela faz tudo isso, mas ela pode, sim, desenvolver muito mais a extensão tecnológica, que é o objetivo do nosso seminário. O que precisa é que os desafios cheguem de forma concreta e organizada.

Eu queria dizer ao Deputado Ariosto Holanda que o desafio que ele colocou, na questão de levar o conhecimento aos perímetros de irrigação, é um desafio em que eu não vejo uma dificuldade muito grande a ser enfrentada. Nós, havendo aqui a parceria do CNPq, do SEBRAE e, eventualmente, da FINEP, nós podemos montar uma grande parceria e colocar esse tema como um tema alvo. E tenham a certeza de que os pesquisadores lá do Rio Grande do Sul, que trabalham com gestão de recursos hídricos, farão parte sim dessa rede. Disso vocês podem ter certeza.

Da mesma forma, como foi mostrado aqui na mesa anterior, das várias iniciativas da CESIS, aquela da rede das tecnologias assistivas — não sei se vocês prestaram atenção ali no eslaide —, há 21 universidades ali naquela rede. Esse é um projeto que é novo — tem 2 anos esse projeto —, e as universidades já estão trabalhando.

E por que as universidades têm essa capacidade de responder aos desafios? Porque muito desafio que vem encontra nas universidades grupos que já estão trabalhando em alguma coisa que é próxima daquilo, ou em problemas que são próximos desse que se coloca.

Eu quero, então, encaminhar o encerramento dessa minha fala dizendo que as universidades vêm trabalhando em inovação desde que esse tema é um tema importante no País. Há pouco menos de 20 anos, entre 15 e 20 anos, que se





começou a discutir essa questão da interação universidade/empresa. As universidades participam de todas as grandes iniciativas a partir da Lei da Inovação, com o estabelecimento dos NITs, com o impulso e as estruturas para o empreendedorismo. Nós trabalhamos também com a incubação de empresas. Para tudo isso, já existe um substrato bastante estabelecido na universidade e que pode ser colocado à disposição.

Então, considerando o grande desafio nacional, que é a extensão tecnológica, a minha missão hoje aqui, falando pela ANDIFES, é dizer que sim, a ANDIFES e todas as universidades federais serão parceiras desse grande desafio, que é um desafio nacional. É uma parceria qualificada, como todas as outras que estão aqui, porque nós nos entendemos em condições de contribuir.

Essa, então, foi o que nós combinamos lá na ANDIFES o que seria a nossa manifestação.

Eu quero, mais uma vez, encerrando, saudar o Deputado Ariosto Holanda e a Comissão por terem tido a sensibilidade de colocar esse tema tão importante em discussão e por encontrar parceiros tão motivados para que isso se torne um grande programa nacional, porque através dele nós daremos mais um passo, um passo muito importante, rumo ao desenvolvimento do País. Desenvolvimento que significa não apenas os números da balança comercial, ou os números do PIB, mas a diminuição das desigualdades. Nós precisamos que o País cresça, mas que cresçamos todos juntos e que todos possam ficar um pouco melhor do que a situação em que hoje se encontram.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Narcio Rodrigues) - Quero complementar e agradecer o Alex, o nosso reitor Carlos Alexandre Netto, dizer que as palavras dele traduzem hoje uma conduta dentro da ANDIFES que nos anima muito, que é a percepção da universidade atrás dos desafios da sociedade. E é uma postura fundamental para os objetivos que temos, de fazer a extensão tecnológica chegar realmente ao campo. Ficou aqui, Deputado Ariosto Holanda, já uma proposta concreta de ação, e isso é muito bom. Mas a gente tem visto toda a conduta da universidade brasileira nos últimos anos nessa direção que o Alex falou aqui: a disposição de abraçar os desafios que a sociedade pautar.



Eu quero agradecer a participação dele, liberá-lo naturalmente se ele tiver que se retirar, e ao mesmo tempo passar a palavra e agradecer a participação ao Carlos Alberto dos Santos, Diretor Técnico do SEBRAE, que hoje fez uma maratona de viagens para estar conosco aqui — quero agradecer-lhe em nome da Comissão e da Câmara dos Deputados pela participação tão importante do SEBRAE neste painel.

**O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS** - Muito obrigado. Eu que agradeço ao Deputado Narcio Rodrigues pela oportunidade. Eu gostaria de agradecer muito o convite do Deputado Ariosto Holanda, que nos últimos muitos anos tem se destacado dentro dessa agenda, sendo uma pessoa de referência. Estou vindo da terra dele, de Fortaleza, onde fiquei dois dias, com o Banco Central, num grande fórum de inclusão financeira e, ao citar que estaria aqui com o Deputado Ariosto Holanda, todos os amigos mandaram lembranças, pois o senhor é muito querido lá, na boa terra do Ceará.

Eu queria cumprimentar também o grande parceiro Glaucius Oliva, do CNPq — vamos falar um pouco sobre as nossas parcerias —; o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Carlos Alexandre Netto, que fez excelente exposição; e o reitor Luiz Augusto Caldas Pereira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, do Estado do Rio de Janeiro — para não confundir com o time. (*Risos.*) Sem nenhum problema; meu time é de outro Estado inclusive.

Eu creio que os agradecimentos são muito importantes, porque essa possibilidade de diálogo, essa possibilidade, no Parlamento brasileiro, de colocar esse debate em alto nível é extremamente bem-vindo. A oportunidade que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas tem aqui de colocar também os seus desafios, as suas perspectivas, suas estratégias e um pouco também do que nós estamos fazendo, ela é absolutamente muito bem-vinda. O mérito não é do SEBRAE, mas sim pelo fato de que nós, no cotidiano, no dia a dia, estamos aí no relacionamento com mais de 90% das empresas deste País. Nós estamos falando aí de mais de 6 milhões de CNPJs, cerca de 5 milhões de pequenos produtores no meio rural, e nós estamos falando mais ou menos de 60% dos brasileiros. Mais da metade da população brasileira tem o seu dia a dia, tem o seu ganha pão, a sua ocupação, o seu trabalho, a sua renda nos pequenos negócios. Então, a importância estratégica é enorme.



Se falarmos de geração de empregos, os últimos dados sempre têm demonstrado que o saldo líquido de emprego, o grande crescimento de emprego em nosso País se dá substancialmente devido à grande geração de empregos nos pequenos negócios, em especial no setor de comércio e serviços.

Esse é o lado que sempre se é destacado, que todos conhecem, mas, junto com isso, nós temos que ter uma leitura também diferenciada. Nós estamos falando do segmento da economia que se caracteriza por baixa produtividade, em parte porque é da característica, por exemplo, do setor de serviços, na sua grande maioria, do comércio, mas em parte porque nós temos um déficit muito grande em nosso País em relação à melhoria das condições da atuação dos pequenos negócios.

Nós tínhamos um grande déficit nas políticas públicas, no ambiente legal, e isso tem melhorado consideravelmente pela aprovação da Lei Complementar nº 123/06 na Câmara e no Senado e pela Lei Complementar nº 128/08, 2 anos após, e pelo processo todo que se desencadeou a partir daí. Nós temos ainda dificuldades localizadas, mas o quadro do ambiente de negócios é bem melhor, mais favorável do que o que tínhamos, por exemplo, há 10, 15 anos, o que não diminui os desafios, na medida em que o foco se desloca para o ambiente dentro das empresas, da porta para dentro, e nas suas ligações com o restante do tecido econômico: na sua cadeia produtiva, na sua relação como fornecedor ou distribuidor de grandes empresas, na sua relação com o mercado doméstico, que é um mercado que oferece muitas oportunidades, um mercado que segue aquecido — os números do PNAD demonstram isso de uma forma eloquente —, mas um mercado que também coloca novos desafios.

O crescimento da demanda, o crescimento da renda da população tem trazido junto algo que é extremamente positivo para o nosso País, que é o aumento das exigências do consumidor, que é o aumento daquilo que talvez em tempos passados nós não tínhamos.

As oportunidades que nós temos devido a uma demanda interna aquecida, devido a emprego, devido a aumento da renda, do salário mínimo, etc. atraem para segmentos, para setores, para nichos que até então eram de características de pequenos negócios, atraem outras ofertas, outros tipos de empresas, empresas



médias, grandes, e sem falar dos importados Isso coloca tudo num prisma bastante complexo, bastante difícil, desafiador. E aí a gente chega ao nosso tema: Extensão Tecnológica e Inovação, que é, de fato, o nome do jogo.

Nós não estamos aqui para falar mais do mesmo, nós não estamos aqui para falar dos problemas de gestão, que é do cotidiano, muitas vezes, do pequeno negócio e que, em muitos casos, são criados a partir de iniciativas de pessoas que não tinham experiência anterior à frente de um negócio. Nós estamos aqui para tentar dialogar e mostrar quais são as possibilidades e o que nós podemos fazer mais, sempre com essa visão de rede, sempre com essa visão de parceria, que é inerente à atuação do sistema SEBRAE.

Eu tenho um problema de olhar para trás, mas vamos ver se eu consigo manejar isso aqui. Eu sou do tempo da fichinha, mas, depois que inventaram esse PowerPoint, é um problema. Vamos ver se eu consigo avançar.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O Brasil é um país empreendedor. Estão aí os números.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS** - Na tribuna? Puxa vida! Posso, Deputado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Narcio Rodrigues) - Por favor. É muito mais fácil para você.

**O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS** - Fica mais fácil para mim. Pois é, fico até emocionado! *(Risos.)* Aumenta a responsabilidade também. Agora não posso colocar mais a culpa no PowerPoint.

Bom, taxa de empreendedorismo extremamente elevada; muitos brasileiros realizando alguma atividade empreendedora; nós temos aí alguma coisa como mais de 35 milhões de brasileiros envolvidos em atividades empreendedoras. Isso é extremamente relevante, isso implica, por exemplo, uma grande criação de negócios. Ano após ano, nós estamos com por volta de 500 mil negócios. Os Estados Unidos criam um pouco mais e, em relação à China, as estatísticas não esclarecem muito, mas, certamente, é muito mais. Mas não se dá para comparar com a China em nada.



Nós temos aqui uma atividade extremamente... Ano após ano, mais de 500 mil negócios são criados neste País e que começam do zero, que começam, muitas vezes, a partir de pessoas, de empreendedores sem nenhuma experiência anterior. Esse é o tamanho do desafio. E esse desafio continua. Se nós focarmos aqui nos optantes do SIMPLES Nacional — o que nós chamamos de micro e pequenas empresas, é a figura do empreendedor individual que surge a partir da Lei Complementar nº 128, de 2008 —, a gente percebe um crescimento exponencial.

Em 10 anos, em 2022, na verdade daqui 8, 9 anos, nós teremos aí alguma coisa como 13 milhões de CNPJs nesse segmento. Hoje, nós estamos aqui, na somatória, passando de 6 milhões. E vejam que a curva exponencial de microempreendedores individuais começa do zero; em 2009, 49 mil; e nós estamos caminhando, no ano que vem, para 4,3 milhões. Hoje, já estamos caminhando para 3,5 milhões; No ano que vem, devemos suplantar o número de micro e pequenas empresas.

Então, é um novo ator, é um novo agente. Nós estamos falando aqui daquele empreendedor com faturamento de até 60 mil/ano, em média 5 mil reais por mês, que diretamente, na Internet, em poucos minutos, sem nenhuma burocracia, sem carimbo, sem papéis, sem pagar taxas e coisa do tipo, cria a sua empresa, cria o seu CNPJ, inclusive com forte processo de inclusão previdenciária, na medida em que passa a ter todos os direitos previdenciários. Um País de empreendedores, muitos negócios e continua crescendo e deve crescer nos próximos anos.

Então, nós temos um alvo que é um alvo difícil e que é móvel. Quanto mais a gente chega perto dele, parece que mais ele corre para frente. Esse é um desafio também que nos anima muito.

E nós temos aqui, a partir de dados conhecidos, quando falamos de inovação, nós temos uma situação no nosso País que não é boa. É uma situação que não corresponde ao potencial brasileiro, que não corresponde ao que nós temos em nosso País de dinamismo.

Esses indicadores que são sempre divulgados — há diversos deles — apontam e nos fazem refletir também sobre as nossas atividades. Mas nós temos outros indicadores. Os senhores e as senhoras lembram que se falava muito no Brasil que a taxa de mortalidade, a não sobrevivência de negócios, era de cerca de



50%. Isso no início dos anos 2000. Chegava àquela situação em que a gente dizia: *“Pode jogar uma moedinha: cara ou coroa.”* Quer dizer, metade dos novos negócios deixava de existir. Imaginem o que isso significa, por exemplo, no processo de análise de risco ou na concessão de crédito. Se eu tenho, frente a mim, um demandante com menos de 2 anos de existência, e a probabilidade é de que, a cada dois, um deixe de existir, como é que eu precifico, como é que eu concedo crédito?

Isso avançou bastante no último período. Nós chegamos aí a alguma coisa por volta de 73%. É uma taxa de sobrevivência bastante interessante, caminhando já para bem mais de dois terços. Sempre irá existir fracasso, sempre irão existir empresas que fecham, mas de fato 50%, 49% era muito alto.

E 10 Estados estão inclusive acima da média nacional, o que é muito bom. Nós temos Estados que avançam em direção a 80%, 78%. Vejam lá: Rondônia, Piauí, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná. Isso nos anima muito.

As coisas têm melhorado, o ambiente de negócio tem melhorado, tem mudado também o perfil dos empreendedores. Há uma crescente escolaridade entre os empreendedores, há uma diminuição forte da idade média dos empreendedores, uma maior participação das mulheres. Então, nós temos uma série de indicadores que mostram que as coisas têm melhorado significativamente. Há muito a ser feito ainda, há muito a se avançar, mas a situação está melhor do que no passado. Essa é uma boa notícia.

Ao falarmos de inovação — e aqui nós temos de partida uma questão até de tradução, de transformar isso num vocabulário, numa forma de abordagem com os pequenos empreendedores, que seja inteligível, que seja compreensível, a gente resume de uma forma muito simples, dizendo que inovação é um diferencial, é fazer diferente e é fazer diferente para fazer melhor. Inovação implica riscos. Fazer diferente, fazer de uma forma diferente do que estou acostumado a fazer no dia a dia certamente provoca inseguranças, certamente provoca naqueles empresários mais adversos a riscos até uma resistência.

As definições que nós temos e que todos nós estudamos nas universidades, elas nos ajudam no âmbito do corpo técnico, no âmbito da identificação dos projetos, mas de fato, no dia a dia, a gente fala é de dinheiro: inovação é aumentar o



faturamento; inovação é gerar mais e melhores notas fiscais; inovação é algo novo que gera resultado; inovação é para melhorar o desempenho do negócio. Isso é trivial. Com isso todos aqui concordam, mas a dificuldade cotidiana é muito grande e passa por um tripé que começa com sensibilização e difusão.

Nós temos que dialogar com os empreendedores de pequeno porte sobre o que isso significa, como é que se sai do *status quo*, como se sai do que se faz no cotidiano e se iniciam processos de modificação, de diferenciação, de inovação. É muito comum, no dia a dia, as pessoas dizerem: “*eu sempre fiz assim*” ou “*eu aprendi assim*”. Só que o mercado muda, a concorrência aumenta, as oportunidades surgem, mas surgem também os desafios.

Uma vez que o processo de sensibilização e difusão acontece — e ele acontece em grande escala —, nós temos um segundo desafio que é enorme e que é de fato o acesso a serviços tecnológicos para os pequenos negócios. Isso também não é trivial. Sensibilizou, mobilizou, está disposto, quer fazer? E agora? O que é que a gente faz?

O Sistema SEBRAE existe há 41 anos, tem uma grande plataforma de serviços muito forte na área de educação, muito forte na área de capacitação e gestão, em temas que são dominados no dia a dia, que têm uma boa aceitação do empresariado, mas, quando falamos de inovação e tecnologia, entramos num campo complicado, difícil, inseguro, em especial porque os serviços tecnológicos aos pequenos negócios, infelizmente, ainda — o quadro tem melhorado —, não estão disponíveis na quantidade e na qualidade que precisamos e de que necessitamos. Estamos trabalhando nessa direção e vou explicar melhor isso.

Finalmente, nós temos também que olhar para frente, olhar para o futuro. Nós não podemos nos contentar e achar que o nós já temos hoje o acesso que já é possível e que realmente é o que vai nos manter no futuro.

Nós estamos falando de um mercado que cada vez mais é um mercado global e queremos falar cada vez mais de pequenas empresas de classe mundial. As pequenas empresas brasileiras também estão submetidas à concorrência internacional, seja diretamente, seja através das suas cadeias de valor. Então, nós temos aqui um horizonte que é um horizonte global, não é mais um horizonte local



ou regional. Temos realizado também parcerias com entidades similares em várias partes do mundo.

Relembrando: sensibilização e difusão; acesso concreto ao serviço que vai fazer a diferença e prospecção o tempo todo, com o radar ligado para ver como avançar.

Aí nós temos uma quantidade de possibilidades. Eu vou tratar aqui basicamente de três. Se falarmos em institucionalidade, se falarmos em arranjos e se falarmos em políticas e estratégias, eu quero destacar aqui a inovação, que é a meta do SEBRAE, o Programa SEBRAETEC e o Programa ALI, para não nos estendermos muito no tempo.

Em relação à meta, nós temos um sistema de metas no SEBRAE já de alguns anos, que são metas quantitativas, qualitativas e que, no cotidiano, em tempo real, são mensuradas. Uma das metas é a Meta nº 2 — a Meta nº 1 é a soma de todos os atendimentos, algo de cerca de 1 milhão e 600 mil empresas no ano de 2012 e que neste ano vai ser um pouco mais —, que é a meta voltada para empresas atendidas com solução de inovação.

Da quantidade de empresas que atendemos todos os dias, quantas atendemos com ações, com soluções, com projetos, com programas relacionados com inovação? Começamos essa meta em 2010. Nesse mesmo ano havia uma previsão de atendimento de 17 mil empresas e imediatamente já pulamos para 40 mil. No ano corrente — aí não colocamos 2011/2012 que também foram num crescente —, em 2013, até o fechamento do mês de outubro, nós já estávamos com cerca de 130 mil empresas, pequenos negócios, empresas no âmbito do SIMPLES Nacional que foram atendidas com solução de inovação, muitas vezes soluções bastante singelas, como as apresentadas pelo nosso parceiro e colega do CNPq.

Muitas vezes uma pequena mudança faz a diferença. Nós temos, por exemplo, soluções na área de eficiência energética que são algo extremamente simples. Pequenos investimentos rapidamente revertem-se em uma redução do consumo de energia e pagam o investimento. A partir daí, tem-se de fato uma redução de custos que pode ser repassada para o cliente ou cujas margens podem ser aumentadas. Muitas vezes há aí uma composição nessa diferença da estrutura de custos.





Em relação à eficiência energética, um *freezer*, no pequeno negócio, no comércio, que está muito próximo da parede, pode gerar aquecimento e maior consumo de energia. O consultor chega lá e rapidamente identifica o problema. São questões como as luzes se apagarem de forma automática quando as pessoas não estiverem no ambiente ou coisa do tipo. Ou seja, isso é inovação, são técnicas, tecnologias existentes, mas que não estão aplicadas ali no negócio.

E nós não abordamos, nesse diálogo, nessa sensibilização, as empresas falando de inovação, nós falamos de mercado, de redução de custo, de aumento de rentabilidade, de aumento de competitividade. Ao final, temos processos inovadores. Mas a inovação não é um fim em si mesmo, e nós temos que ter o cuidado, inclusive no diálogo, de não levar o conceito de inovação a uma panaceia, a uma solução de todos os problemas.

Nós temos experiências que demonstram que, se o discurso, se o diálogo for muito sofisticado, ele inibe, ele afasta, ele cria aquela sensação — dizendo de uma forma muito clara, porque já identificamos isso — no empresário, que olha para alguém e diz: *“Eu não estou entendendo muito o que ele está dizendo, mas certamente ele está querendo me vender algo que é caro e de que eu não preciso”*. Ele deve estar pensando em NASA, em naves espaciais, em computadores, etc. Entretanto, muitas vezes a inovação é algo bastante simples, bastante singelo. De fato o grande argumento é o argumento de vendas, o grande argumento é: *“Se você não der esse passo, você não vai sobreviver à concorrência; se você der esse passo você pode, inclusive, ter um diferencial em relação à concorrência”*.

Mas isso tudo é caro, isso tudo é muito caro, isso precisa de muitos recursos. Felizmente nós temos esses recursos, a partir da nossa própria contribuição social ordinária que é recolhida das empresas. Temos 1 bilhão de reais em inovação para o próximo PPA, que se inicia agora, de 2014 a 2017. Em 4 anos, 1 bilhão de reais é um número bastante robusto, uma parcela considerável do orçamento do sistema SEBRAE que vai para inovação. Nós estamos falando de 28% de todos os investimentos voltados para a Meta nº 2, para a meta de inovação.

Eu passo agora para o Programa SEBRAETEC. Eu disse primeiro que existe um desafio de comunicação, de disseminação, de convencimento que rapidamente se transforma num desafio ainda maior, que é: como fazer? Nós criamos, nos



últimos anos, uma grande plataforma de serviços tecnológicos, chamada SEBRAETEC. Essa plataforma de serviços tecnológicos oferece e possibilita construir tecnologia e inovação para as empresas se tornarem mais competitivas.

Isto é um pouco a nossa forma de divulgação, e aqui se trata de algo importante em relação à forma tradicional de o SEBRAE trabalhar. Não se trata de produtos de prateleira, não se trata de soluções já preconcebidas, trata-se fundamentalmente de um processo de consultoria em especial *in loco*, na empresa, e da identificação de provedores, de ofertantes, de onde podem surgir as soluções de inovação e tecnologia a partir do próprio mercado.

Eu vou mostrar alguns números. Daquele 1 bilhão de reais que eu mencionei, nós tivemos, no ano corrente e no ano passado, 362 milhões de reais no âmbito do Programa SEBRAETEC. Desse valor, 80% são subsidiados; as empresas pagam entre 10% e 20%. São, no mínimo, 80% de subsídios, o que possibilita enormemente o acesso, não porque não se tenha o recurso — eu acho que muitas vezes é uma falsa questão dizer que a empresa não tem o recurso —, mas porque a empresa muitas vezes não prioriza e não vê por que desembolsar 10 mil reais por algo que ela não está percebendo naquele momento como importante. Na medida em que surge a possibilidade e, em vez de 10 mil, ela desembolsa 2 mil reais, isso se torna muito atrativo.

A empresa corre riscos junto também. Nós aprendemos que não adianta subsidiar 100%, porque muitas vezes você aplica algo que depois não é utilizado. Parece que foi algo que alguém criou, que o consultor disse, que alguém da empresa disse, mas que não entrou na estratégia de fato da empresa.

O objetivo está aí e falar dele é redundante.

Aqui nós temos um quadro que mostra um pouco o que eu havia dito antes. Nós temos cerca de 1.200 credenciados: empresas; ICTs; empresas do terceiro setor; Sistema S (SENAI, SENAR, SENAC), muito forte conosco; empresas privadas; empresas de consultoria; empresas de engenharia; escritórios de arquitetura; empresas na área de *design* também, com uma participação grande de empresas privadas, o que é muito bom, pois queremos fomentar esse mercado.

O processo é relativamente simples: uma demanda gerada a partir dos pequenos negócios que chegue ao SEBRAETEC, ou vice-versa na identificação



dessa demanda, leva à prospecção de um fornecedor em qualquer lugar do território nacional, pois esses cerca de 1.200 já credenciados têm atuação nacional, que resulta na oferta de um serviço onde há, uma vez aplicado — nós estamos falando muitas vezes de modificação dos processos produtivos relacionados com as engenharias —, uma avaliação de atendimento, um relatório de execução, uma análise de impacto.

O provedor, o fornecedor é remunerado, é pago. São serviços de qualidade, com recursos volumosos, porque aqui nós estamos claramente criando um mercado de soluções tecnológicas para pequenos negócios, um mercado que não existe, um mercado que recentemente se articula na medida em que há uma demanda forte e há um recurso para ela. Do contrário, esse mercado não surge. Do contrário, nós temos muita oferta de serviços tecnológicos, de consultorias para médias e grandes empresas. Para o pequeno, há aí uma dificuldade, o que é natural, na medida em que aqueles que fazem isso em bases comerciais não veem aí um nicho, não veem aí uma possibilidade.

Nós temos aqui um problema de escala. Eu não posso cobrar de um pequeno negócio algo que eu cobraria de uma grande. Em vez de eu ter um contrato, eu tenho que ter 10, 20, 30, 100 contratos para dar o volume, para dar a escala que torna viável o negócio do lado do prestador.

O SEBRAE, então, faz essa mediação. E faz essa mediação em diversas linhas de atuação, que passam pelo *design*, pela inovação *stricto sensu*, pela produtividade, propriedade industrial, qualidade, suscetibilidade, TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e coisa do tipo. Ou seja, são muitos recursos que aqui se desmembram em diversos serviços, em diversas possibilidades.

Não vou entrar em detalhes, mas já caminhando para o encerramento, o Programa SEBRAETEC, também em relação aos seus atendimentos previstos — vejam que a gente inicia isso tudo em 2010, quando ultrapassa, mas neste ano deve ultrapassar também —, estamos falando de uma meta de 65 mil empresas diretamente atendidas pelo SEBRAETEC, com um volume de cerca de 180 milhões este ano, dos quais 80% são subsidiados, para atender Brasil afora, em todos os Estados da Federação, levando de fato inovação e tecnologia. É algo extremamente difícil, mas que está acontecendo.



Para ilustrar esse esforço de disseminação, de divulgação, de trazer a inovação para o chão de fábrica, de tirar do conceito de inovação aquilo que muitas vezes dificulta até o diálogo, nós participamos recentemente de grandes atividades no Brasil todo em torno da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. É algo importante que acontece uma vez por ano nas praças, nas cidades, envolve as escolas, as universidades.

Nós, nos últimos anos, temos, de forma reiterada, participado dessa Semana, junto com o MCTI e com todos os nossos parceiros, e, em 2013, nós temos aqui os resultados: 13 mil empresas participaram diretamente desse evento. Investimos mais de 14 milhões de reais em 633 eventos. Realizamos seminários, oficinais, seminários de *design*; prospecção de prestadores de serviços, *showroom*, etc. Ou seja, a Semana Nacional de Tecnologia teve grande participação de empresários de pequeno porte. A gente vai para a praça, a gente vai para a rua e leva os nossos clientes, fazendo isso conjuntamente com as universidades, conjuntamente com toda a comunidade científica, o que é muito bom, dando muita vida, muito colorido àqueles estandes, àqueles locais que têm lá seus robôs, seus efeitos demonstrativos que sempre atraem muito público.

Encerrando, vou falar do Programa ALI. O representante do CNPq já abordou esse Programa ALI. Realmente é algo que nós vamos, de forma incansável, divulgar o que está acontecendo. Nós temos aqui um case que é mundial, que não é só do Brasil: temos aqui extensão em grande quantidade, com muita capilaridade, em bases sustentáveis, com muita sofisticação e muito conhecimento.

Os Agentes Locais de Inovação são recém-formados, há pelo menos 2 anos, nas mais variadas disciplinas, com grande focalização nas engenharias, que vão, no dia a dia, visitar empresas. A gente brinca e diz que é o P&D ambulante, o P&D das empresas. Do que se trata? Os jovens bolsistas do CNPq recebem uma bolsa bastante atrativa, melhor do que bolsa de doutorado, e visitam, em média, 40 empresas, durante 2 anos, de forma continuada e gratuita. Eles vão até a empresa e, a partir do diálogo, do diagnóstico, começam a prospectar soluções, começam a prospectar possibilidades. Eles passam de fato a ser uma pessoa de muita confiança do empresário. O empresário, em alguns casos — a gente até brinca —, adota o jovem, e ele começa a participar inclusive de outras de atividades, como ir



ao banco, ajudar nos editais da FINEP e coisas do tipo. São investimentos extremamente robustos: nós estamos falando de um contingente hoje de 1.200 e de um montante de 240 milhões de reais em 2012/2013.

Hoje a Diretoria do SEBRAE Nacional aprovou a terceira etapa para diversos Estados: Rio Grande do Norte, Piauí e Paraná, parece-me. Para cada um destes, serão 30 a 50 novos ALI adicionalmente. Nós os temos aqui, como já disse, customizados, especializados, gratuitos.

Trata-se de uma relação, de um pacto. Num primeiro momento, há inclusive um tipo de contrato que não é um contrato formal, mas uma adesão ao Programa por parte da empresa. O jovem passa a visitar continuamente as empresas, e a evolução é fantástica. Nós temos, ao longo do tempo, 1.200. Nós estamos caminhando para 200 em Minas Gerais e já temos 300 em São Paulo, 100 no Distrito Federal, 15 a 20 em Estados muito pequenos, 100 no Rio de Janeiro; e assim vai. Nós temos um exército de jovens visitando de forma continuada pequenas empresas.

A conta de 1.200 multiplicados por 40 dá quase 50 mil empresas sendo acompanhadas através da extensão, sendo acompanhadas daquilo que era o nosso sonho. A gente dizia: queremos fazer como a EMBRAPA, queremos ter alguém que vá lá, que se comunique e passe a ser referência. O empresário tem uma pessoa com quem ele conversa a respeito dos produtos e serviços SEBRAE. Ele não precisa mais procurar no balcão, ficar telefonando, ele tem ali o seu Agente Local de Inovação, uma moçada muito engajada. Olhem aqui o número de empresas, neste momento deste ano, já visitadas: 32 mil empresas.

É um processo contínuo, e a gente renova o tempo todo os Agentes Locais de Inovação. Já é a terceira turma. Nós já estamos entrando no quinto ano de uma parceria extremamente exitosa com o CNPq. Acho que aí o CNPq tem um case mundial, que muito nos orgulha, para mostrar como estamos levando em grande escala o debate e as discussões sobre inovação no chão de fábrica das pequenas empresas.

A última palavra em relação a isso é que os senhores e as senhoras percebam que nós estamos criando algo que pressiona enormemente a estrutura logística do sistema SEBRAE e de nossos parceiros. Nós estamos dizendo que em



grande quantidade vamos até a empresa, identificamos demanda e tentamos resolver. Então nós temos uma primeira parte que é extremamente otimista, que é boa, que é boa notícia, que gera expectativas, e temos depois, Deputado, um problema, porque temos que resolver, nós temos que atender, nós temos que ter a solução.

E aí temos uma plataforma de comunicação, uma plataforma tecnológica extremamente potente: esses 1.200 agentes estão permanentemente em comunicação entre si, discutindo. A gente acompanha isso. É impressionante pessoas no Amapá, em Macapá, discutindo com alguém em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, perguntando: *“Como é que você fez? O que deu errado?”*, dizendo: *“Eu conheço alguém em Pernambuco que já fez”*. É algo extremamente rico.

Nós estamos, amanhã e depois, com cerca de 500 ou 600 aqui em Brasília — o senhor certamente irá participar —, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e, na semana seguinte, segunda-feira ou terça-feira, em São Paulo, com o Sudeste e o Sul, a outra metade de jovens, que estarão em um grande ambiente, durante 2 dias, fazendo capacitação, trocando experiência e avançando no processo.

Ainda sobre os Agentes Locais de Inovação, naturalmente, o processo de seleção é sofisticado, é concorrencial, e antes que eles vão a campo, passam por um processo intenso de capacitação. Eles não vão visitar empresas sem antes ter o seu processo de capacitação, que dura de 2 a 3 meses, para poderem realmente ir abordar as empresas.

Esses são dois aspectos que eu destaquei: ALI e SEBRAETEC. Falei de como levar, de qual é o canal de atendimento e quais são as soluções de inovação em tecnologia em um processo em construção. Está muito longe ainda do que nós queremos, muito longe ainda das possibilidades, mas nós temos muita confiança de que o pior já passou, de que o mais difícil foi implementado e de que agora é melhorar, é consertar, é inovar no dia a dia. Todos os dias nós temos que melhorar o processo, todos os dias nós temos que fazer melhor para fazer diferente.

Muito obrigado, Deputados. Muito obrigado, Deputado Ariosto, pelo convite e pela oportunidade. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Narcio Rodrigues) - Eu quero cumprimentar o Diretor do SEBRAE. Não é preciso elogios, o SEBRAE vem sendo protagonista da



inovação em área estratégica no País e vem puxando vários outros setores para apostarem nessa área, inclusive com essa visão da simplificação da mensagem para o pequeno empreendedor, que o Carlos Alberto deixou explícito aqui ser o caminho.

Quero agradecer a participação neste evento, que traz a contribuição de uma experiência notável do êxito da extensão tecnológica para o empreendedorismo.

Quero passar a palavra ao último conferencista palestrante desta tarde, deste painel, Luiz Augusto Caldas Pereira, e dizer que depois da fala dele nós teremos um espaço de debate e teremos o lançamento da Associação Nacional de Extensão Tecnológica, pelo Deputado Ariosto Holanda, uma iniciativa que eu tenho certeza de que vai gerar muitos frutos, como todos os frutos já colhidos pelas iniciativas do Deputado Ariosto Holanda desde o período em que atuou lá no Ceará e no período em que está aqui no Congresso semeando ideias, motivando iniciativas e promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

Então, com a palavra o Reitor do Instituto Federal Fluminense, Luiz Augusto Caldas Pereira.

**O SR. LUIZ AUGUSTO CALDAS PEREIRA** - Deputado Narcio Rodrigues, Dr. Glaucius, Dr. Carlos Alberto, Prof. Carlos Alexandre, Prof. Aléssio, reitores, Parlamentares, pró-reitores, enfim, todos os presentes neste seminário, muito boa tarde.

Quero fazer um agradecimento pelo convite para participar deste seminário e, ao fazê-lo, quero render as nossas homenagens ao Deputado Ariosto Holanda pela importante dedicação ao tema da inovação, ao tema da extensão tecnológica.

Vou fugir um pouco ao uso do PowerPoint, mas fica aqui, Deputado, um registro que é um roteiro de fala, para cumprir o que o senhor pediu: deixar um registro para os Anais deste seminário.

Quero só complementar que, além de professor do Instituto Federal Fluminense e atual reitor daquela instituição, eu, neste seminário, também represento e falo em nome do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o nosso CONIF, presidido pelo Prof. Caio Bueno, reitor do Instituto Federal de Minas Gerais.



Quero dizer que as falas que me antecederam, as falas do painel anterior, são falas que se complementam; inegavelmente, são falas que se complementam. É possível, inclusive do ponto de vista simbólico, percebê-las ou considerá-las como nós de uma rede que, se materializada, certamente se fará a favor e em nome do fortalecimento das políticas, das ações voltadas para a extensão tecnológica, para a inovação, enfim, tudo o que está colocado nesse contexto.

Eu, a rigor, quero transitar entre dois aspectos, duas dimensões na minha intervenção. Eu quero trazer um pouco aqui os aspectos conceituais, que insisto e classifico como desafios que estão colocados quando falamos de extensão tecnológica, e também alguns desafios que eu caracterizo, ou classifico, como desafios estratégicos em se tratando do tema da extensão.

E aí eu quero conduzir a minha intervenção realçando o papel, a missão das instituições da Rede Federal, sobretudo dos Institutos Federais, que nós consideramos, numa relação biunívoca, algo que se faz de maneira muito próxima do que se pode destacar, se pode afirmar, se pode conceber como uma política para a extensão tecnológica.

É evidente que o tema desta Mesa, *Desafios Institucionais*, não se constitui em tema simples, tema fácil, considerando evidentemente que, no âmbito da extensão, das políticas públicas que trabalham e operam a favor da democratização do acesso ao conhecimento, se faz ainda corresponder a desigualdades que ainda marcam profundamente a realidade deste País.

No entanto, como professor, movido sempre pela esperança, nós sempre afirmamos e observamos os desafios, sobretudo no âmbito das políticas públicas, como dinamos que podem evidentemente operar e, nesse caso, podem representar decisões que atendam, que contemplem o interesse da sociedade.

Nesse sentido, para não deixar passar em branco, para deixar registrado, o que nós estamos aqui insistindo em chamar de conceitual ou, quem sabe, na defesa de uma concepção, é que, quando olhamos a partir da educação profissional e tecnológica, ainda que reconheçamos que o tamanho do desafio é enorme — a escala que se deve colocar será sempre substantiva — nós não podemos enfrentar o desafio da extensão sem pensar na conjugação do conhecimento científico e tecnológico, não podemos deixar de enfatizar as práticas pedagógicas e o valor





social do conhecimento. Eu quero, sobretudo nesse ponto, quando a gente fala de inovação, insistir e destacar o valor social do conhecimento.

Não posso, ainda falando das estratégias, deixar de louvar, de demarcar o que têm sido, nessa última década ou um pouquinho mais do que isso, iniciativas importantes no âmbito deste País nas políticas públicas, que se colocam e podem ser estabelecidas como um enorme esforço a favor da extensão tecnológica, de uma política pública de democratização do acesso ao conhecimento. Se o fizer a partir de uma relação mais próxima do lugar de onde eu falo, eu poderia falar da expansão, poderia trazer aqui a própria expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Há um numerozinho já bastante conhecido: éramos 140 unidades em 2002; e hoje pela manhã, ou antes, neste painel o professor Aléssio falava que chegaremos a 2014 com 562 unidades.

Mas poderia falar de uma ação que não fica no limite da Rede, é um esforço público que dialoga com os Estados, com o programa Brasil Profissionalizado, com a busca de alternativas que façam possível o acesso a esse conhecimento à juventude, a milhares de pessoas deste País, que inclusive teriam dificuldade de enfrentar os processos convencionais mais tradicionais em se tratando de acesso ao conhecimento.

Enfim, eu poderia descrever e discorrer sobre um conjunto importante, substantivo de iniciativas que se colocam a partir do trabalho, do papel, do que se deve e que normalmente é apontado como próprio à educação profissional e tecnológica, mas eu quero, ainda assim, nesse diálogo entre estratégia, desafio, conceito, chamar a atenção para um outro desafio, mais uma vez: o de que nós não devemos, em nenhuma hipótese, quando o tema é a extensão, quando o tema é inovação, negligenciar, arrefecer o compromisso com a centralidade da formação para e pela cidadania. Na verdade, nós não podemos arrefecer o nosso esforço.

E aí eu fico muito à vontade ao destacar isso chamando a atenção para o trabalho do Deputado Ariosto Holanda, para o movimento de fortalecimento sempre da construção do bem-estar humano e social. Não podemos deixar, em hipótese nenhuma, de valorizar sempre toda e qualquer ação de extensão, uma articulação, uma conjugação da ciência, sim, mas da educação; da tecnologia, sim, mas da



cultura também, sobretudo das culturas originais, das culturas locais, de culturas que são próprias e singulares.

Eu quero também colocar, como um enorme desafio, a defesa de uma concepção de educação que permita contingentes da população cada vez maiores, o acesso ao conhecimento e ao trabalho como propósito de contribuir para mudar a fria realidade que ainda atinge significativa parcela da população brasileira.

O que quero dizer com isso? Eu quero louvar, destacar a importância daquelas políticas tentam em escala recuperar o tempo perdido, mas sem que nós abandonemos o sentido e a natureza estruturante das políticas educacionais. O que eu quero dizer é que toda e qualquer política, todo e qualquer movimento que se faz em nome da extensão tecnológica tem que ser portador de um projeto de futuro. O que eu chamo de projeto de futuro é um projeto de mudança, é um projeto, inclusive, que deve trazer novos outros desafios que não esses necessariamente colocados neste momento.

Eu volto de novo a falar de estratégia e voltar a pontos que foram aqui trazidos, um conjunto de iniciativas importantes no âmbito da extensão, da inovação para insistir com a necessidade. Neste País, a gente não pode desperdiçar, não pode se dar ao luxo de sombrear ações. Para tanto, é fundamental que insistamos na constituição de um espaço de diálogo efetivo entre essas diferentes políticas. As formas são muitas. Parece-me bastante interessante aquela trazida aqui pelo Deputado Ariosto Holanda, quando ele fala na criação de um espaço onde se dialogam, se fortalecem, se potencializam ações, que são inúmeras, que estão colocadas em nome da extensão, da democratização do acesso ao conhecimento.

E aí eu quero também, à guisa de destacar aqui de que a maneira a rede tem pensado a extensão, tem definido a extensão tecnológica, até na presença de alguns pró-reitores de ensino, endossar, extraindo de um documento elaborado pelo fórum de extensão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica o que se coloca como extensão, ao assumir que a extensão da rede federal dever ter como principal pauta a promoção do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da inovação, em uma perspectiva fundada no compromisso com a democratização das conquistas e benefícios da produção do conhecimento a favor da cidadania e pela cidadania, da inclusão e pela inclusão social, da emancipação, com um destaque



fundamental neste País, até pelo modelo de desenvolvimento, especialmente aquele que teve origem na primeira metade do século XX, de valorizar as ações e o desenvolvimento local e regional. Mais uma vez, isso tem a ver, sobretudo, com institutos.

Quando eu falo de local e regional, não estou falando do ponto de vista de endogenia, estou falando do ponto de vista de estratégias, que precisam ser adotadas inclusive nesse lugar. E a política deve favorecer, inclusive, a constituição de redes que se complementam no âmbito local e territorial, para a gente fazer uníssona a natureza e o papel da boa política pública que se faz em nome da educação e da extensão tecnológica.

Eu quero voltar a um tema que é conceitual: pensar a extensão ou pensar a extensão tecnológica a partir dos institutos, dando realce e destaque, do ponto de vista identitário, o que significa, o que representa, qual é o papel dessas instituições. É necessário, nesse lugar, refletir sobre o que são os institutos federais e em que medida cabe a extensão para os institutos e para a sociedade.

Como disse o Prof. Aléssio, a todo instante se destaca um aspecto fundamental: a capilaridade dessas instituições. Somos 42 instituições, se considerarmos institutos ou a rede federal como um todo. Somos hoje, nesse cenário, quase 460 *campi* no interior deste País. Se nós confrontamos a oferta hoje da educação superior, por exemplo, temos um movimento efetivo dos institutos a favor da democratização e do acesso. Há uma predominância da oferta da educação e do acesso no interior deste País. Seremos sim 562 unidades. Hoje, nós somos uma rede que, entre o conjunto, esse conjunto disperso ou tão diverso de oferta, temos mais de 471 mil matrículas. Quer dizer, não é pequeno, eu diria, menor o esforço dessa instituição.

Então, ao trazer para o debate a compreensão e o que representa o instituto na sociedade, faz-se importante recorrer a conceitos que compõem essa identidade e justificam o seu fazer, justificam os investimentos, justificam a política de criação dos institutos. Daí ser mister importante que essas instituições, de fato, valorizem a sua singularidade e carreguem, na verdade, as suas singularidades de comprometimento com a democratização, com o acesso das populações, dos micros, dos pequenos empresários ao conhecimento, ao aporte de tecnologia.



De novo, volto a chamar a atenção, especialmente neste momento, uma reflexão e um olhar que eu peço que seja observado por todos, que é essa relação entre educação e trabalho. No intuito de adensar, de sentir do seu significado, os institutos são de educação, embora reconhecidos socialmente como de formação profissional e tecnológica. Eles trazem para a centralidade de sua ação, porque são o quadrinômio das instituições de educação: ciência, tecnologia, trabalho e cultura. E, assim, reafirmam o seu papel e vão se distanciando do tradicional, apenas ensinar a fazer, na formação das pessoas, percorrendo outras vias para a superação desse paradigma.

Eu estou insistindo com o aporte e com algo que tem que ser portador de um projeto de futuro, e isso é defender uma concepção de educação e de educação profissional e tecnológica. Parte-se do conceito do trabalho percebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana e, portanto, compreendido como um dever e um direito das pessoas. Do ponto de vista da construção, ainda que o trabalho seja fortemente pautado pelo seu significado histórico, nós não podemos abandoná-lo, negligenciá-lo, numa concepção de educação pautada no compromisso efetivo com a transformação num viés ontológico. O significado do trabalho se estabelece em nome da própria existência humana, não só um dever pela necessidade humana de interferir na natureza e dela extrair sua subsistência, mas um direito, porque pelo trabalho o ser humano torna-se capaz de criar e recriar a vida. E, nesse sentido, assume caráter libertador e não subordinador.

Na verdade, eu acho que este é um papel das instituições, chamar a atenção para que o diálogo e todo o movimento que se faz em nome da política pública não desconsidere, não prescindir de aspectos fundamentais para a efetiva construção da cidadania e valorização do significado da educação na sua essência, que é promover as pessoas. Esta é uma questão fundamental.

Os institutos federais trabalham a produção do conhecimento e se comprometem com a democratização desse conhecimento, por isso eles são instituições de ciência — Instituto Federal de Educação, Ciência. A pesquisa está em sua essência e se faz não no sentido do utilitarismo fácil, e não pode, de forma pequena, mínima, mas daquilo que é precioso para o desenvolvimento da



sociedade; faz-se a partir de lugares com recortes bem mais definidos e precisa ser experimentada a partir de demandas e de referências reais, que são econômicas, mas são sociais, que são privadas, mas são públicas, que têm lugar naquilo que é o econômico, mas não pode desocupar o lugar daquilo que é social.

Ainda no contexto da importância da ciência no processo de formação profissional, torna-se relevante destacar que as instituições de formação profissional e tecnológica precisam todas ampliar espaços ou mesmo provocar o diálogo entre os saberes acadêmicos com os saberes populares, permitindo que se conduza o desenvolvimento da ciência, que produz a técnica e que alimenta processos de inovação, com sensibilidade social, de modo a contribuir para a superação, sim, das desigualdades.

Nós precisamos avançar. Nós temos uma história de um profundo despreço ao conhecimento que se constrói nas relações de vida, e grande parte das pessoas que vivem neste País o fazem em nome de um conhecimento e de uma formação que se dá na construção e nas relações de vida, nas relações de trabalho e nas relações sociais. Aproximar-se e reconhecer isso é papel de uma instituição comprometida efetivamente com uma extensão tecnológica que seja democratizadora.

Bom, tecnologia. Ainda nesse contexto, os institutos são de tecnologia. O dever dessas instituições em trabalhar a tecnologia é, antes de tudo, o dever de traduzir o conhecimento científico sobre o aparato das tecnologias, entendidas, pois, como manifestação da essência do homem, o que contribui em configurá-lo para o meio e este para ele. Entende-se, portanto, a tecnologia como produto da ação humana historicamente construída, expressando relações sociais das quais depende, mas que também são influenciadas por eles, e daí ser possível afirmar que os institutos federais são efetivamente de educação, de ciência e de tecnologia.

Portanto, eu quero dizer que, num projeto de extensão que tem compromisso e porta um projeto de futuro, é fundamental que a gente observe que há concepções, que há conceitos, que há formas absolutamente distintas de se definir, de se assumir o lugar da educação profissional; de se estabelecer, na verdade, a forma como nós trabalhamos a educação. A defesa é, portanto, por uma concepção de educação que supere o viés meramente funcionalista, a favor de uma abordagem



contextualizada, rica, viva, socialmente valorizada, que assegure aos jovens e trabalhadores os elementos necessários a uma compreensão da ciência e da tecnologia para além não só, mas para além da aplicação dos sistemas produtivos e que valorize a compreensão e a reflexão crítica.

Nós estamos insistindo com um projeto que porte outra concepção de sociedade e que se comprometa com um projeto de futuro. Por isso, os institutos são públicos e pertencem à sociedade, por isso os institutos devem ser olhados a partir do que deve se conceber em nome de uma política pública.

Para terminar, onde é que cabe a extensão nessas escolas? Uma escola que vá além de suas funções tradicionais, que vá além de alternativas convencionais, pensadas para a pesquisa e a extensão, que não se fazem com o movimento simbólico, pois, se a pesquisa não se espriar na extensão ou não gerar um movimento na extensão, muito provavelmente não estará arraigada nos territórios, não estará contextualizada. Não haverá, portanto, sentido e aplicabilidade social, e não tem que ter nenhum constrangimento em se colocar como instituto. Aqui nenhum despreço e nenhuma desconsideração pela pesquisa básica, mas afirmar e reconhecer que o lugar e o papel dos institutos se fazem, evidentemente, com uma pesquisa e uma extensão que tenha lugar, tenha aplicação, tenha endereço, tenha objetivo.

Eu quero encerrar a minha fala. Eu estou abreviando, porque sei que o tempo já não nos permite alongar muito mais. Eu queria colocar aqui, para finalizar, porque nesse ponto eu queria destacar outras coisas, inclusive uma importante levantada aqui pelo professor Glaucius nessa articulação entre o MEC e o CNPQ, o nome de um edital que eu quero anunciar até sexta-feira. A gente precisa responder a esse edital. Então, é indiscutível que, diante da necessidade de diferentes e criativas vias de humanização para o homem desse século, continuemos em busca de alternativas de outro modelo de desenvolvimento, o que implica a necessidade de se repensar também os sistemas educacionais. A gente não tem que ter aqui nenhum tipo de preconceito, de constrangimento, de visão fechada. Também os sistemas educacionais, na medida em que se compreendem os espaços sociais como reflexos dos movimentos da sociedade. Eles estão aí a nos pedir, a nos chamar a atenção.



Precisamos assumir o compromisso de ampliar o espaço para discussão, permitindo, inclusive, repensar o trabalho da academia, das instituições científicas e tecnológicas. Esse percurso é necessário, urgente e tem o compromisso de firmar passos rumo ao futuro, no encontro com as pessoas reais e não com os modelos traçados repetidos. Muitas vezes, a história mostra que sequer há aplicabilidade no Brasil de ontem e, dificilmente, haverá aplicabilidade no Brasil de hoje e no Brasil de amanhã.

Essa é a lente, portanto, que guia a trajetória e deve guiar a trajetória das instituições federais, das instituições públicas de educação e seu movimento de consolidação. Afinal, falamos de um tempo recente, ainda que com lastros históricos centenários.

Os institutos, enquanto modelos institucionais, completarão agora, nos dias 28 e 29 de dezembro, 5 anos de sua criação. Então, eu quero apregoar uma visão não reducionista da relação ciência e tecnologia. Assim, tornam-se significativas todas as ações. Eu quero voltar a elas. E política de valorização da extensão no sentido do seu fortalecimento, assegurando aos institutos, assegurando às instituições públicas, compartilhando com a luta do Deputado Ariosto Holanda, as condições melhores para o desenvolvimento do trabalho e do cumprimento de sua missão, de uma relação mais equilibrada entre educação, pesquisa e extensão. Que esse trinômio não seja, na verdade, compreendido apenas como uma partição, como espaços distintos e que, de fato, a indissociabilidade se faça a partir de uma compreensão una, de que cada dimensão dessas é fundamental para o trabalho de nossas instituições.

Afirmamos que temos muitos desafios a enfrentar, evidente. Eu discorri mais fortemente sobre aqueles de natureza conceitual. É necessário alcançar patamares outros que estabeleçam com a mesma distinção a pesquisa e a extensão, portanto, de forma a permitir a um conjunto maior de pessoas o acesso a esse conhecimento.

Eu quero encerrar defendendo, sim, de forma mais clara, exaltando, sim, reconhecendo, sim, o esforço que vem se fazendo em nome do apoio ao financiamento da extensão tecnológica, mas quero destacar a importância do projeto que pretende e propõe a criação de um fundo. Quero exaltar todas as iniciativas,



como as que aqui frisei, por exemplo, a parceria entre o MEC e o CNPq com o lançamento desse edital, com foco na extensão. Isso é fundamental.

Nós temos que reconfigurar a própria estrutura daquilo que se concebe como o lugar onde há o registro da produção acadêmica, que muitas vezes não concebe lugar, não percebe que ali é fundamental, que uma produção real se faça colocar lá.

Bom, cuidar da extensão é desafio que reafirma, portanto, o lugar central da educação, da centralidade humana, do conhecimento e do que a gente não pode chamar de exclusividade. Isso, mais uma vez, reafirma a sua vinculação do caso dos institutos. Fazer isso reafirma o papel social, o papel público dos institutos.

Muito obrigado mais uma vez pela oportunidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Narcio Rodrigues) - Queremos agradecer a participação do Luiz Augusto Caldas Pereira e destacar que ele representou aqui o CONIF, que representa os institutos federais que, aliás, têm sido determinantes também para os avanços na extensão tecnológica.

Eu acredito que não havendo nenhuma manifestação em torno do debate, chamo de pronto o Deputado Ariosto Holanda para assumir o comando dos trabalhos, ao mesmo tempo em que agradeço a todos os palestrantes desta tarde e a todos os Deputados. Quero registrar e agradecer a presença da Deputada Luciana Santos, de Pernambuco, e de todos os Deputados que aqui estiveram.

Devolvo a palavra ao Deputado Ariosto Holanda e deixo registrado o meu agradecimento pessoal por ter podido participar de tão produtivo debate no dia de hoje. Eu tenho certeza de que se plantaram muitas sementes para o futuro que nós vamos colher juntos, através do trabalho de maestro que é desenvolvido nesta Casa e orquestrado por todo o Brasil pelo grande Deputado Ariosto Holanda.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Presidente, eu pediria só a sua compreensão de ficar mais um tempo na Mesa, até, se possível, para encerrar os trabalhos, porque, neste momento, eu queria fazer umas colocações que as considero importantes antes do encerramento do seminário.

Primeiro, quero agradecer as palavras generosas dos painelistas. Eu fiquei muito sensibilizado com as palavras do Glaucius, do Carlos Alberto, do Luiz Caldas e do próprio Reitor Félix, que saiu. Quero dizer que não vou abrir mão de publicar os Anais deste seminário, porque eles foram tão ricos, tão ricos. (*Palmas.*) Eu saio





daqui com a convicção de que a gente tem a solução da extensão. Então, aqueles que puderem mandar alguma coisa por escrito..., senão eu vou usar os eslaides e vou publicar essas transparências.

Por que eu digo que foi tão rico? Porque eu acho que nós escolhemos a dedo, quando eu digo nós, eu me refiro à Comissão, escolhemos a dedo os expositores. Por aqui, vocês se recordam, passaram a EMBRAPA, a Secretaria de Educação do MEC, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do MCT, a Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa. Esse painel foi de uma riqueza extraordinária. Saio com a convicção do que fazer e de como fazer.

Agora, como eu tenho um sonho, eu quero conquistar o poder fazer para a gente expandir, porque os exemplos foram riquíssimos, mas, quando nós iniciamos o seminário, eu disse que a gente estava defendendo a extensão para tentar resolver o problema de dois analfabetismos ainda neste País: o funcional e o tecnológico das micro e pequenas empresas.

Segundo dados do IPEA e do PNAD, nós somos qualquer coisa na ordem de 50 milhões de brasileiros analfabetos funcionais. A mortalidade das micro e pequenas empresas — o Carlos Alberto fez colocações precisas —, segundo o IPEA, foi-nos dado pelo Marcio Pochmann, ainda é alta. E muita mortalidade vem porque elas não conseguem inovar, Carlos Alberto. Elas não inovam porque estão distantes de quem tem o conhecimento. Conhecimentos estão onde? Nas universidades, nas instituições de pesquisa.

Conversando uma vez com o Marcio Pochmann, eu disse: Marcio, e se a gente fizesse uma ação de extensão, mesmo, para tentar resolver esse quadro social que ainda é grave? Ele disse: “O IPEA tem o mapa da pobreza do Brasil. Comece com os mais pobres”.

Então, aqui fica um desafio. Qual é o sonho que eu alimento? Eu alimento o seguinte sonho: o Alex colocou aqui que, até o final do Governo da Dilma, nós teremos 562. As universidades federais hoje estão presentes, se eu não me engano, em 200 Municípios no interior. Quinhentos mais 200 são 700.

Aí, Narcio, eu alimento aquele sonho. Se, em volta de cada unidade dessas, a gente colocasse três Centros Vocacionais Tecnológicos e, ao lado desses centros, se houvesse uma unidade do SEBRAE, a gente teria um *show* de bola aí. Nós



faríamos a maior rede de extensão tecnológica deste País. Chegaríamos sabe a quantos Municípios? A 2.800 Municípios. Isso é uma revolução.

O que me preocupa nessa questão da extensão, que para mim ficou muito bem equacionada por todos vocês, é como massificar, porque acho que foi o Carlos Alberto que mostrou um indicador sobre inovação que me chamou atenção. Dos países que estão inovando, o Brasil está na posição 64.

Então, eu alimento o sonho de como fortalecer o orçamento do CNPq. O Glaucius deu uma notícia a mim de uma importância muito grande, quando ele disse que está lançando o edital das bolsas de extensão. Isso mostra o compromisso dessa instituição. O que ela tem feito no País é indescritível. Quando hoje, Glaucius, nós somos, se eu não me engano, o 13º País em publicações científicas, eu acho que se deve, sobretudo, ao CNPq. E nem se fala do SEBRAE.

Eu queria até perguntar ao Carlos Alberto. Quantos anos você tem no SEBRAE, Carlos Alberto? Só por uma curiosidade minha.

**O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS** - Onze.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Onze. Então, você não pegou o programa do PATME? Eu trabalhei no PATME. Eu era um extensionista. Naquela época, havia as instituições tecnológicas que formam hoje a ABICT e, se eu não me engano, éramos dez instituições no País. Quando foi lançado o PATME, Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas, naquela época não era SEBRAE, era SEAG. A gente entrava numa instituição e a SEAG fazia parte da gestão, financiamento, e os núcleos de tecnologia faziam a assistência tecnológica mesmo, usando os laboratórios das nossas universidades. Tinha lá um NUTEC, mas não tinha nenhum laboratório, eram as universidades. Houve um ano em que incomodou tanto a universidade que precisou mais de 40 mil análises. Essa assistência tecnológica que eu defendo é aquela que vai garantir o serviço de metrologia, de laboratório, de propriedade industrial.

Os Estados Unidos criaram recentemente mais de 300 centros tecnológicos em 50 Estados só para atender às micro e pequenas empresas com tecnologia mesmo.

Então, para mim, eu saio daqui convencido. Nós temos a solução. Sabemos o que fazer. Agora, nós precisamos conquistar o poder fazer.



Gostaria de deixar um desafio para as regiões deprimidas. O Nordeste, por exemplo, está saindo de uma seca violenta. Será que nós, da ciência e tecnologia, da educação, não temos a solução para esse Nordeste Semiárido? Certamente que temos.

Um dia, o Ministro Mercadante esteve na Comissão de Educação falando sobre o PRONATEC. S.Exa. fez uma exposição belíssima e disse tudo. Na minha intervenção eu disse: *“Ministro, eu não quero falar sobre PRONATEC, eu quero falar sobre seca”*. Ele tomou um susto. Eu disse: *“Vou explicar por quê. Porque o Nordeste foi invadido por muitas obras hídricas. Temos a infraestrutura hídrica de poços, perímetro de irrigação, temos as adutoras, açudes, mas nos esquecemos do homem, que faz a diferença. Esquecemo-nos do homem. Enquanto a média de analfabetos no País é 7%, no Nordeste é 17%. Por isso, o desafio é maior”*. S.Exa até se virou para o Marco Antônio, que esteve hoje pela manhã aqui, e disse: *“Marco Antônio, vamos dar um choque de PRONATEC no Nordeste”*. É disso que nós estamos precisando. Então, nós temos a solução.

Aí vem aquela minha preocupação: conquistar o poder fazer, porque eu imagino uma massificação da ação. Como massificar essa ação? Se, em cada CVT a gente tivesse um SEBRAE de lado, assistindo às micro e pequenas empresas nos recantos mais distintos deste País, se a gente tivesse uma rede... Por exemplo, a rede SEBRAETEC é de uma importância muito grande, mas, se houvesse uma rede com soluções tecnológicas... Não sei se foi o Glaucius que mostrou aqui a rede de soluções tecnológicas. Nós temos essa rede. Então, com as tecnologias que nós temos, nós podemos entrar neste País adentro e ter a solução para os nossos problemas, porque os excluídos são muitos.

Vocês todos estão recebendo a minha pasta com uma publicação da seca. Eu queria até agradecer ao SEBRAE, que patrocinou essa publicação. Nós, da bancada federal, fizemos um trabalho com relação à seca, em que nós apontamos algumas propostas. Eu queria até pedir ao pessoal que distribuísse uma pasta para cada membro.

Então, como resolver esse problema da seca? Eu fiz um desafio, se eu não me engano, para o Ministro Mercadante ou para o Raupp, não me lembro: por que os perímetros da seca, que são uma riqueza tão grande, hoje estão somente com



50% de atuação? Por que nós não fazemos um choque nesses perímetros de irrigação?

Estou vendo aqui o Joacir, do DNOCS. Nós vimos a luta do DNOCS para tentar se recompor, reestruturar-se. Por que nós não pegamos um perímetro de irrigação e implantamos centros tecnológicos nesses perímetros? Para fazer o quê? Para fazer aquilo que o perímetro precisa: análise de solo, análise de água, corretivo de solo, fitossanidade, e por aí vai. E precisamos ter salas de aula para, vamos dizer, treinar os irrigantes, os filhos dos irrigantes.

Levei essa proposta para o Ministro, na época, Fernando Bezerra. Ele até disse assim: *“Sim, mas o DNOCS não tem vocação para treinar”*. Eu disse: *“Mas nós temos os institutos federais que treinam, que são capazes”*. E levei uns dez reitores do Nordeste para fazer esse compromisso, que foi feito, só que os recursos nunca foram liberados.

Então, eu acho que era importante a gente pensar nessas questões regionais, porque os desequilíbrios regionais hoje se dão não pela concentração de riqueza, mas pela concentração de conhecimento. E cada vez mais nós estamos distantes.

Por isso, pessoal, primeiro, eu quero agradecer a todos vocês. A participação de vocês aqui é de uma importância muito grande. Eu estava até comentando: *“Nós conseguimos chegar até as 18 horas e foi pouco significativo”*.

Eu disse, na minha fala inicial, que é importante que a gente crie uma rede nacional de extensão. Convidei a nossa Deputada Luciana Santos, que é uma guerreira nessa área de ciência e tecnologia e foi Secretária de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, e pedi que S.Exa. liderasse esse movimento da rede. Luciana, eu ia lhe pedir, se possível, que você fizesse a leitura desse manifesto e, se possível também, você liderasse essa Frente Parlamentar em Defesa da Extensão Tecnológica, para que a gente encontre um caminho, porque, quando eu digo conquistar o poder fazer é conquistar mais recursos. Após a Luciana ler esse manifesto, eu ia pedir também o seguinte: por espontaneidade, se alguém quisesse se candidatar para formar essa comissão provisória, porque todos vocês receberam o estatuto dessa frente que a gente chamou de ANET, associação ou articulação, seja o que for, mas a ideia é criar uma articulação nacional com os extensionistas, envolvendo instituto federal, universidade, enfim, aqueles que querem se dedicar a



essa rede. E daríamos um prazo para nós colhermos assinatura de todos, com *e-mail*, com propostas para alterar ou melhorar o estatuto, e marcaríamos um dia aqui, com a presença inclusive de todos vocês, para oficializar essa rede.

Então, Luciana, eu pediria que viesse até aqui para ler esse manifesto. Aqueles que tiverem interesse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Narcio Rodrigues) - Ariosto, só para fazer um registro, chegaram duas perguntas à Mesa. Nós temos o endereço de quem fez as perguntas e nós já as distribuimos aqui. Uma pergunta era dirigida ao Glaucius, que vai enviar por *e-mail*; e a outra era para o Carlos Alberto, do SEBRAE. Então, os dois tratarão de fazer chegar a resposta ao que endereçou o questionamento.

Muito obrigado, portanto.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Muito boa tarde a cada um e a cada uma de vocês. Quero saudar aqui toda a Mesa, em nome, S.Exa., sim, que é guerreiro, Deputado Ariosto Holanda, desde que eu era Secretária de Ciência de Tecnologia do meu Estado, na época em que a gente montou um conselho estadual de ciência e tecnologia. Todo mundo do conselho dizia que Pernambuco carecia de um Deputado feito Ariosto Holanda, que era porta-voz da ciência e tecnologia do seu Estado, mas S.Exa. também não é só do Estado do Ceará, é do Brasil e, em particular, do Nordeste. (*Palmas.*) E é persistente, porque eu penso que, para a gente obter os avanços e conquistas, nós temos que perseguir, com muita determinação, as nossas convicções. Isso é uma constituição cotidiana. Nós podemos, de fato, montar algo que representa... Como ele bem disse, é dar escala a uma ferramenta que tem uma importância muito grande na produção do conhecimento. Nós temos uma cultura e uma universidade que, em que pese ter avançado muito, ainda está muito intramuros. Nós estamos perseguindo um caminho de fazer com que esse conhecimento, que é gerado nas nossas universidades, possa atender à população.

Antes de ser Secretária, eu fui Prefeita da minha cidade, Olinda, por 8 anos. Posso dizer a vocês que, como fui aluna na Universidade Federal de Pernambuco — eu sou engenheiro eletricista —, busquei fazer parcerias objetivas com a Universidade. Quando eu fui enfrentar a questão do combate à dengue, eu fui beber na fonte do conhecimento da Universidade: o LIKA, que tinha uma inovação nessa



área, para poder me apropriar daquele conhecimento e aplicá-lo na realidade concreta da cidade.

A gente desenvolveu uma grande campanha de combate ao analfabetismo. Hoje, Pernambuco tem 12% de analfabetos e Olinda tem menos da metade dessa taxa de analfabetismo de Pernambuco. Nós montamos uma brigada, chamada Paulo Freire, em homenagem a esse ícone da educação brasileira, que é Paulo Freire, e quem coordenou todo o trabalho pedagógico da brigada foi também a Universidade Federal de Pernambuco, através do Centro de Pedagogia.

Quando do debate sobre a legislação, que nós mudamos, do uso do solo, também fui beber na fonte da Universidade, com os urbanistas e arquitetos, na perspectiva de estabelecer esse diálogo e fazer valer ali a aplicação daquilo que é tão bem posto. Eu acho que assim você faz uma relação dialética, porque também se aprende mais quando se tem a possibilidade de aprender com a própria população.

Eu me lembro que tinha um diretor de manutenção urbana da cidade e uma arquiteta que me diziam assim: *“Olha, Luciana, aqui na sua cidade, você tem uma pessoa que não é arquiteto, que não é engenheiro, mas tem um conhecimento empírico de todo o sistema de micro e macrodrenagem do Município.”* Porque ele vivia com as máquinas e mesmo com os homens, fazendo a macrodrenagem. Quando chegavam os técnicos, ele sabia apontar o caminho para solucionar as questões.

Para o PAC, nós tivemos a contribuição da universidade, de um dos maiores papas — posso dizer assim — nesse assunto, lá em Pernambuco, de macrodrenagem, que foi decisiva para que a gente pudesse avançar nas intervenções. Eu quero dizer isso porque estou também convicta, e sou apaixonada, da importância estratégica que tem a extensão.

Também constituí o CVT, até porque eu tive o privilégio de ter como Secretário o Sérgio Rezende, que foi Ministro da Ciência e Tecnologia. Então, a gente constituiu lá o CVT de Restauro, porque nós somos uma cidade que é patrimônio da humanidade. Quando eu fui Secretária, a gente tinha experiência. Estava-se mudando a matriz econômica do meu Estado violentamente. A base econômica era eminentemente primária de produção de alimentos: a Zona da Mata,



com a cana-de-açúcar, a bacia leiteira do Estado, o Polo do São Francisco, que é o da uva. Hoje nós temos refinaria, vamos ter o setor automobilístico e temos a indústria naval, a refinaria, a cadeia de petróleo, gás e *offshore*, o que significa uma mudança. Todo esse crescimento não valerá nada, se nós não conseguirmos formar o capital humano, que é o principal trunfo que nós temos em nosso Estado.

Por isso, todas essas mudanças da matriz econômica têm que, necessariamente, ser acompanhadas de CVTs ou de estruturas, como escolas técnicas, que se apoiem nisso; ou acompanhadas de cadeias produtivas que se apoiem nas estruturas de formação de capital humano, porque, do contrário, nós teremos uma vitória de Pirro. Aliás, já aconteceu isso no Brasil. Antes de Pernambuco, a Bahia, há 40 anos, já teve Camaçari, já teve Ford, já teve isso. E daí? Nós temos que ter o crescimento, mas com essa visão de sustentabilidade, que é a formação das pessoas nesse processo de inclusão social.

Dito isso, passo a ler o manifesto.

*“Manifesto em defesa da extensão tecnológica.*

*Os participantes do Seminário “A Extensão Tecnológica no País: O Conhecimento a Serviço da População”, promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que assinam a lista de apoio a este manifesto, declaram sua defesa das atividades de extensão tecnológica e:*

*CONSIDERANDO a necessidade de promover iniciativas de extensão tecnológica para assegurar a sobrevivência e o crescimento da empresa nacional e, em especial, do pequeno empreendedor;*

*CONSIDERANDO o desafio de reduzir a elevada mortalidade precoce das micro e pequenas empresas;*

*CONSIDERANDO os benefícios sociais das atividades de extensão tecnológica, decorrentes da educação complementar e da profissionalização do trabalhador;*



*CONSIDERANDO a importância de oferecer oportunidades de educação no ambiente de trabalho, destinadas a combater o analfabetismo absoluto ou funcional que ainda afeta parcela expressiva dos adultos brasileiros;*

*CONSIDERANDO a escassez de recursos disponíveis para uma ampla e eficaz ação de extensão tecnológica, na escala que o avanço da economia brasileira demanda;*

*CONSIDERANDO os esforços do Governo Federal, especialmente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério da Educação e da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, para consolidar ações que promovam a inclusão social por meio da difusão e popularização do conhecimento e da inovação;*

*RESOLVEM propor a criação de um Fórum Nacional em Defesa da Extensão Tecnológica (FNET), com a missão de: estimular o crescimento das atividades de extensão tecnológica no País; defender a consolidação de uma Rede Nacional de Extensão Tecnológica, com a participação das entidades de ensino e pesquisa, dos Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológica, dos Centros Vocacionais Tecnológicos e demais entidades dedicadas à educação tecnológica, à extensão tecnológica e à divulgação de informações tecnológicas; posicionar-se pela elevação dos recursos públicos e privados destinados às atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão tecnológica. E, para tal fim, nomeiam Comissão composta por cinco membros, destinada a definir a melhor organização a ser dada ao Fórum Nacional em Defesa da Extensão Tecnológica (FNET),*





*bem como a proceder à formalização da entidade, assumindo sua direção provisória pelo prazo de 180 dias.”*

Serão membros dessa Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Narcio Rodrigues) - Um momento, há alguém que deseja manifestar-se.

Qual é o seu nome? Identifique-se.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Há o Jean e alguém mais. Vi que alguém mais levantou a mão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Narcio Rodrigues) - Com a palavra o Sr. Luiz Caldas.

**O SR. LUIZ AUGUSTO CALDAS PEREIRA** - Eu quero fazer a defesa de colocarmos o CONIF, com o compromisso de nós buscarmos a pessoa que vai representar o CONIF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Narcio Rodrigues) - Então, que se anote o CONIF. Ele vai identificar o CONIF.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Essa comissão tem que ter mulher também!

*(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)*

**(Não identificado)** - Vamos bater palmas, porque eu quero aprovar esse manifesto. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Narcio Rodrigues) - Vou passar a palavra ao Deputado Ariosto Holanda, para que anuncie a formação da comissão e encerre os trabalhos.

Parabéns, Deputado Ariosto Holanda!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Eu quero agradecer a todos o carinho e a compreensão. Lembro que 180 dias é o prazo que nós vamos estabelecer para formalizar ou a articulação, ou a associação, ou a agência.

Eu estava conversando aqui com o Presidente do CNPq para saber como poderíamos chegar a uma ANATEC, a uma associação extensão tecnológica. Digo isso porque na área agrícola existe a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural — ANATER. Teria que ser uma iniciativa do Executivo, porque nós, do Parlamento, não podemos criar um projeto de lei. Portanto, nós vamos tentar ver



que Ministério poderia partir para essa iniciativa, criar o que eu chamaria de agência ou assistência — nós vamos definir esse apelido depois.

Mais uma vez, muito obrigado pela paciência. Contem conosco! Não vamos deixar esse movimento de extensão tecnológica no País cair!

Um abraço a todos. *(Palmas.)*